

# **UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE

CIÊNCIAS E MATEMÁTICA



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, AMBIENTE E NATUREZA NA MÍDIA**

**IMPRESSA: ANÁLISES A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS**

**SOFIA COSTA**

ORIENTADORA

**PROF<sup>a</sup>. DRA. DANIELA RIPOLL**

Canoas (RS), 2010.

# **UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO ENSINO DE  
CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**



**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, AMBIENTE E NATUREZA NA MÍDIA**

**IMPRESSA: ANÁLISES A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS**

**SOFIA COSTA**

**ORIENTADORA**

**PROF<sup>a</sup>. DRA. DANIELA RIPOLL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Luterana do Brasil para obtenção do título de mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

Canoas (RS), 24 de Novembro de 2009.

Sofia Costa

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, AMBIENTE E NATUREZA NA MÍDIA IMPRESSA: ANÁLISES  
A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS**

Dissertação aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Luterana do Brasil como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática.

Canoas (RS), 24 Novembro de 2009

---

Prof Dr. Arno Bayer  
Coordenador do PPGECIM  
Universidade Luterana do Brasil

---

Profª Dra. Maria Lúcia Castagna Wortmann  
Universidade Luterana do Brasil

---

Profª Dra. Daniela Ripoll  
Universidade Luterana do Brasil  
Orientadora

---

Profª Dra. Marise Basso Amaral  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof Dr. Rossano André Dal-Farra  
Universidade Luterana do Brasil

## **Agradecimentos**

A Deus, em primeiro lugar, agradeço pelo dom da vida. À minha mãe, Delcides, pela sua garra e força de mulher nordestina que sempre nos transmitiu os princípios da perseverança e fé. Aos meus filhos Daniela e Flávio, que são a razão da minha vida e luta, obrigada pelas palavras de incentivo e carinho, sempre acreditando na realização deste trabalho, e para que possa servir-lhes de estímulo a fazerem sempre mais e melhor. Ao Fábio, companheiro de todas as horas, sempre com muito amor, compreensão, dedicação e estímulo nos momentos difíceis de conciliação da dupla jornada (às vezes, tripla), muito obrigada.

Aos grandes amigos da longa jornada do Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, pelas longas horas de estudo juntos, em especial Geraldo, Luzia Áurea e Adriana, sempre com palavras de estímulo e confiança, incentivando o nosso trabalho. À amiga Simone pelos ensinamentos em Informática, nas longas conversas no decorrer do curso, e pela companhia no hotel em Canoas.

Ao Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí que proporcionou este Mestrado e, conseqüentemente, o crescimento na área Educativa de todos que participaram. À Universidade Luterana do Brasil e sua competente equipe de professores, que conduziram cada um dos seus mestrandos com sabedoria, dedicação e principalmente amizade.

O meu agradecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Daniela Ripoll, por suas valiosas contribuições e intervenções, sempre com paciência e dedicação na elucidação dessa perspectiva teórica tão envolvente que são os Estudos Culturais. Agradeço, também, aos professores doutores membros da banca: Profa. Dra. Isabel Cristina Moura de Carvalho (agora pertencente à PUCRS), Prof. Dr. Leandro Belinaso Guimarães (UFSC), bem como aos professores doutores Rossano André Dal-Farra (ULBRA), Maria Lúcia Castagna Wortmann (ULBRA) e Marise Basso Amaral (UFRGS).

Enfim, dedico este trabalho ao tão sofrido povo do semi-árido, esperando ter colaborado no entendimento de suas labutas.

## RESUMO

A mídia é apontada por alguns ambientalistas como um instrumento favorável à ampliação das discussões sobre o ambiente, mas também como a responsável pelo esvaziamento das discussões ecológicas. O presente trabalho, inspirado pelas teorizações dos Estudos Culturais (Hall, 1997) e dos Estudos de Mídia (Giroux, 1995; 2003; Kellner, 1995; 2001; Fischer, 1999; 2001; Steinberg & Kincheloe, 2004), pretende analisar como o *Jornal Meio Norte* (principal jornal diário de Teresina, PI) trata das questões ambientais em suas páginas. Pergunta-se: quais as principais estratégias discursivas que são colocadas em ação neste jornal ao se tratar do ambiente e da natureza? Como este jornal (in)forma os sujeitos no que diz respeito à educação ambiental, ambiente e natureza? Os resultados apontam para a presença de, pelo menos, seis temáticas preferencialmente tratadas nos jornais (a seca, a disputa pela água, o povo, as queimadas, o Rio São Francisco, a Serra Vermelha), bem como de pelo menos cinco estratégias utilizadas pelos jornalistas para construir determinados modos de se entender o ambiente e a natureza, e a praticar a educação ambiental: a) a postura investigativa; b) o tom “denuncista” e panfletário das reportagens; c) o tom de condenação/repúdio à postura ambiental da população; d) a ênfase nos números e na quantificação; e) o tom “conclamatório”. Entende-se que analisar as reportagens do referido jornal (e as estratégias discursivas que são colocadas em ação por jornalistas, editores, colunistas etc. ao tratarem do ambiente, da natureza e da população em geral) significa ampliar as possibilidades de leitura de tais textos, bem como resistir a alguns significados produzidos como “naturais” pela mídia.

**Palavras-chave:** educação ambiental; mídia impressa – jornal; estudos culturais;

## ABSTRACT

Some environmentalists see the media as an instrument favorable to widen discussions about the environment, but they also point it out as being responsible for emptying the discussions about ecological issues. The present work is grounded on cultural studies (Hall, 1997) and on studies of the media (Giroux, 1995; 2003; Kellner, 1995; 2001; Fischer, 1999; 2001; Steinberg & Kincheloe, 2004), and it aims to analyze how *The Meio Norte Newspaper* (the most important daily newspaper in Teresina-PI) treats the environmental issues. The questions are: What are the main discursive strategies used by this newspaper when the issue regards environment and nature? How does this newspaper form and inform its readers about environmental education, environment and nature? The results show that the journalists use at least five different strategies to build some ways to understand (and practice) environmental education: a) the investigative posture; b) the denouncing style of the reports; c) the repudiating posture regarding the population's environmental attitudes; d) the emphasis on numbers and quantification; e) the warning posture. Analyzing the reports of this newspaper (and the discursive strategies used by the journalists, editors, columnists, etc. concerning the environment, nature and the population in general) means that to widen the possibilities of reading such texts as well as resisting some meanings provided by the media as "natural".

**Key-words:** environmental education; written media – newspaper; cultural studies

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO UM PROBLEMA DE PESQUISA</b> .....	11
1.1 – Um pouco mais sobre o referencial teórico-metodológico: os Estudos Culturais .....	15
1.2 – Outras considerações sobre mídia e educação em tempos pós-modernos .....	19
1.3 – Modos de análise das reportagens .....	22
1.4 – O Jornal Meio Norte se apresenta: o Sistema Meio Norte de Comunicação .....	27
<b>CAPÍTULO 2 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O AMBIENTE E A NATUREZA</b> .....	29
2.1 – Representações de ambiente e natureza .....	32
<b>CAPÍTULO 3 – ALGUMAS PRÁTICAS REPRESENTACIONAIS COLOCADAS EM AÇÃO PELO JORNAL MEIO NORTE PARA ENSINAR SOBRE NATUREZA, AMBIENTE E OUTRAS COISAS MAIS...</b>	51
3.1 – O jornalismo investigativo .....	53
3.2 – O tom “denuncista” e panfletário das reportagens .....	57
3.3 – O tom de condenação/repúdio à postura ambiental da população (e, ao mesmo tempo, o tom de “parabenização” pelas ações e pela conscientização ambiental) .....	64
3.4 – A ênfase nos números e na quantificação .....	68
3.5 – O tom “conclamatório” .....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	77

## INTRODUÇÃO

---

O ambiente tem feito parte do universo de assuntos discutidos pela população mundial há algum tempo. No Brasil, ela ganhou força na última década e meia, e isso pode ser verificado pela ênfase que os veículos de comunicação de massa têm dado a assuntos como destruição da camada de ozônio, desmatamentos, poluição do ar, acidentes nucleares, florestas, animais ameaçados de extinção, etc. Tem estado na pauta não apenas da mídia, mas de governos, universidades e, em especial, do terceiro setor, como as organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas (SILVA, 2005).

Para a referida autora (op. cit.), “o evento que mais despertou e consolidou a atenção da mídia nacional para o tema foi a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro”. Silva (2005) afirma, ainda, que nunca o assunto “contara com uma cobertura tão grande por parte dos veículos de comunicação, televisivos, e principalmente os impressos”. O destaque dado pela mídia aos assuntos relacionados à crise ambiental não é recente: pode-se afirmar que esse tema emergiu na imprensa paralelamente ao surgimento de uma discussão social de caráter mais institucional, que tem como marco histórico a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), em 1972. Vinte anos depois, a crise ambiental voltou às manchetes com grande destaque na imprensa de todo o mundo, e de maneira especial no Brasil, que teve na cidade do Rio de Janeiro a sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como RIO92 ou ECO92. Em 2002, foi realizada em Johannesburgo (África do Sul) outra grande conferência, a Rio+10, com o intuito de avaliar os resultados da RIO92.

Conforme Luckman (s/d), a partir desses grandes encontros, que contaram com chefes de estado, representantes da comunidade científica e da sociedade civil organizada, principalmente em entidades não-governamentais, disseminou-se o



discurso acerca da necessidade urgente de se frear a degradação ambiental. Há quem diga, também, que a mídia tornou mais visível os efeitos da ação antrópica no ambiente, bem como posicionou a Ecologia no centro das discussões globalizantes do final do século XX e do início do século XXI, junto com a economia, a política e a religião. Silva (2005), por exemplo, afirma que após a grande cobertura televisiva da RIO92, “termos como meio ambiente e ecologia, que anteriormente circulavam em locais restritos como órgãos especializados do governo ou ONGs, entraram para o vocabulário da população em geral, saindo dos guetos ambientalistas”. A autora afirma, ainda, que houve um aumento significativo do número de instituições voltadas à proteção ambiental após aquela Conferência, bem como aumentou a preocupação governamental em torno da implantação de políticas públicas ambientais.

Assim, pode-se afirmar que há uma grande rede discursiva em torno da educação ambiental, já que há ambientalistas, professores, jornalistas, políticos, economistas, acadêmicos etc. produzindo saberes sobre o ambiente. Mas como os veículos de comunicação tratam da educação ambiental e dos temas “ambiente” e “natureza”? A importância de se analisar tal questão reside no fato de que a chamada grande imprensa pode, entre outras coisas, influenciar a opinião pública e pressionar governos, sindicatos e entidades. Conforme Silva (2005), embora se tenha clareza que os meios de comunicação de massa são empresas que visam o lucro e que estão interessadas na venda e na circulação de informações, elas têm um papel significativo nas sociedades atuais, especialmente nas grandes metrópoles. Para a autora – situada fora do campo dos Estudos Culturais –, por um lado, os meios de comunicação desfrutam da capacidade de atingir grande parte da população com informações que podem ter um caráter conscientizador e, por outro lado, podem transmiti-las de forma inconseqüente.

O fato é que essa “grande imprensa”, formada por jornalistas e por pessoas que fazem parte da sociedade (cidadãos comuns que também são influenciados pelos temas que estão na pauta mundial), produz uma série de lições sobre as mais variadas idéias e temáticas. Com relação a isso, Temer (2007) afirma que os meios de comunicação de massa conferem notoriedade a determinadas ocorrências, idéias e temáticas, democratizando e até mesmo tornando habitual o consumo de

informações. O jornalismo tem um espaço significativo na vida das pessoas, e as matérias dos jornais, radiojornais e telejornais ocupam um papel relevante na construção daquilo que chamamos “realidade”.

Além disso, os meios de comunicação estão compostos hoje por um aparato tecnológico de última geração – de qualquer ponto da terra pode-se enviar informações sobre acontecimentos que envolvam os seres humanos, as sociedades e a natureza – e possuem uma importância estratégica para a construção de uma outra cultura com relação aos seres humanos e ao ambiente. Nesse sentido, Ramos (apud Silva 2005, p. 2) considera que a comunicação passou a fornecer subsídios para que a humanidade se coloque diante de si mesma numa perspectiva de avaliação de seu passado, da trajetória de seu desenvolvimento e de projeção de seu futuro.

Mas, pergunto: será que isso realmente acontece? De que modo fala-se em Educação Ambiental nos meios de comunicação? Será que nós, cidadãos em contato diário e cotidiano com a mídia, avaliamos as matérias jornalísticas, as informações veiculadas, na perspectiva de entendermos o passado e pensarmos como será o nosso futuro em termos ambientais?

A educação é tida por muitos autores como um potencial “motor” das dinâmicas do sistema social, sendo que a participação dos educadores na construção de propostas para o enfrentamento da chamada “crise ambiental” vem sendo estimulada, de acordo com Mauro Guimarães (2003), pela própria crença generalizada da sociedade sobre o papel da Educação para a superação dos problemas ambientais. Crespo & Leitão (1993), em pesquisa intitulada “O que o brasileiro pensa da Ecologia”, afirmam que a “crença de que a Educação é a grande saída é consensual e entusiasticamente defendida por todos”. Tal crença também foi confirmada em 1997, pela pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade”, quando “para 95% dos brasileiros, a educação ambiental deve ser obrigatória nas escolas. Ou seja, a maioria absoluta entende que esta é a grande chave para a mudança das pessoas em relação ao ambiente onde vivem” (GUIMARÃES, 2003).

Há, assim, uma visão idealista da Educação – como aquela ciência capaz de transformar, por si só, a sociedade, bem como de resolver todos os problemas. Segundo Valdo Barcelos (2008), é relativamente comum o surgimento de

aventureiros, ecologistas e educadores ambientais “de ocasião” com saídas salvacionistas e fáceis para as complexas questões ambientais. Um desses momentos é aquele que precede as eleições onde, em geral, todos os candidatos apresentam-se como defensores e preocupados com a crise ambiental (p. 24).

Soma-se a isso, ainda de acordo com Mauro Guimarães (2003), a própria institucionalização da educação ambiental – principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, que instituiu como competência do poder público a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino” (Artigo 225, §1, Inciso VI). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como consequência da Constituição Nacional, determina que a educação ambiental seja considerada uma diretriz para os conteúdos curriculares da Educação Fundamental, sendo que o Ministério da Educação (MEC) elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) nos quais o meio ambiente é apresentado como tema transversal para todos os currículos escolares. Em 1997, o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o Ministério da Cultura apresentaram, conjuntamente, o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) que visa, através de seus princípios e linhas de ação, intensificar a implementação da educação ambiental no Brasil. E, de acordo com a Lei da Educação Ambiental de 27 de abril de 1999, “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

A motivação de uma pesquisa geralmente se associa à busca de resolução/investigação de um problema (ou mais de um). E, neste momento em que experimentamos uma crise ambiental sem precedentes, interessa-me, em especial, a forma como as questões relacionadas ao ambiente e à natureza são tratadas pelos meios de comunicação.

Notadamente, assuntos como aquecimento global, escassez de recursos hídricos, desertificação do solo, destruição da biodiversidade, crescimento desordenado das cidades, consumismo desenfreado, produção monumental do lixo etc. invadem as páginas da grande mídia – mas, para alguns pesquisadores da área da Educação Ambiental, isso por si só não seria suficiente para gerar mudanças significativas no modo de gestão do ambiente. Nesse sentido, por exemplo, André

Trigueiro (2006) afirma que não bastaria a mídia “denunciar o que está errado”. Segundo ele, “o que se espera da mídia, neste início de século XXI, é a capacidade de sinalizar rumo e perspectiva, e vislumbrar soluções inteligentes para antigos problemas inerentes a um modelo de desenvolvimento ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto”. Segundo esse autor, numa redação de jornal não se economiza espaço para mostrar tragédias ambientais, como grandes vazamentos de óleo, queimadas, enchentes, deslizamentos de terra, furacões e outros problemas do gênero – isso porque tais assuntos, de acordo com o jargão jornalístico, são “quentes” e rendem textos e imagens espetaculares e de grande repercussão.

Comungando da mesma idéia de Trigueiro, Teresa Urban (2006), em seu artigo “Um novo Olhar da Mídia sobre o Meio Ambiente”, se pergunta: como será possível capacitar a sociedade para “captar a gênese e a evolução dos problemas ambientais, tanto em relação aos seus aspectos biofísicos quanto sociais, políticos, econômicos e culturais” se a principal fonte de formação da opinião pública – os meios de comunicação – trata do tema de forma fragmentada, pontual e isolada, limitada aos grandes desastres ecológicos?

De acordo com Ana Paula Luckman (s/d), a importância da mídia para a educação ambiental é reconhecida, por exemplo, pela Lei Federal 9.795/99, que institui no Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Essa lei garante a todos o direito à educação ambiental, cabendo aos meios de comunicação “colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação” (artigo 3º, parágrafo IV). Além disso, a PNEA prevê que o poder público, em todos os níveis, deve incentivar “a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente” (artigo 13º, parágrafo único).

De acordo com Teresa Urban (2006), a falta de informações sobre assuntos ambientais nos meios de comunicação de massa dificulta enormemente a implementação de qualquer política de educação ambiental dentro das diretrizes estabelecidas pela resolução nº02/85 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, a saber: 1) o desenvolvimento de consciência crítica sobre a problemática ambiental,

compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução dos problemas ambientais, tanto em relação a seus aspectos biofísicos quanto sociais, políticos e culturais; 2) o desenvolvimento de habilidades e instrumentos tecnológicos necessários à solução dos problemas ambientais; 3) o desenvolvimento de atitudes que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Da mesma forma, Roberto Villar (1997) afirma que “a imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade na pauta das discussões públicas. As exceções são fruto de um trabalho pessoal e isolado, e que o meio ambiente só ganha espaço e tempo na cobertura diária quando acontecem desastres, ou quando os assuntos repercutem no exterior, como queimadas, os desmatamentos na Amazônia e na Mata Atlântica, que também evita debater temas brasileiros, como a falta de saneamento no país”. Segundo Roberto Villar, a imprensa não desvenda a promiscuidade existente entre os órgãos governamentais e as indústrias, sendo “de vital importância uma aliança entre jornalistas, pesquisadores e ecologistas”. E, segundo Mauro Guimarães, “o aumento da demanda pelas questões ambientais, a grande veiculação pela mídia e até mesmo um certo modismo vem gerando algum ativismo, mas não propiciando ainda um nível de discussão aprofundado sobre Educação Ambiental” (2007. p. 17).

Em meio a essa rede de significados envolvendo mídia e educação ambiental é que a presente dissertação se insere. Inspirada pelas teorizações dos Estudos Culturais (HALL, 1997) e dos Estudos de Mídia (GIROUX, 1995; 2003; KELLNER, 1995; 2001; FISCHER, 1999; 2001; STEINBERG & KINCHELOE, 2004), pretendo analisar como o *Jornal Meio Norte* (principal jornal diário de Teresina, PI) trata das questões ambientais em suas páginas. Pergunta-se: quais as principais estratégias discursivas que são colocadas em ação neste jornal ao se tratar do ambiente e da natureza? Como este jornal (in)forma os sujeitos no que diz respeito à educação ambiental, ambiente e natureza?

A minha motivação para a realização deste trabalho deve-se ao fato de ser graduada em Geografia pela Universidade Federal do Piauí, com Especialização em Educação (FGV), em Metodologia do Ensino Superior (UFPA), e que durante 10 anos morei na cidade de Macapá, onde convivi com um ambiente mais próximo do

natural, onde com frequência víamos floresta, pássaros, lagoas, rios, e tudo isto me encantava e me instigava a conhecê-los melhor. Concluí também Especialização em Ciências Ambientais (UFPI), e que foi fundamental para a minha opção em continuar estudando Meio Ambiente, Educação Ambiental e Natureza.

Os Objetivos deste trabalho são os seguintes:

- Empreender uma análise das representações culturais que a mídia impressa (em especial o jornal Meio Norte) produz e põe em circulação sobre natureza, o ambiente e a educação ambiental no município de Teresina;
- Analisar as estratégias representacionais que são postas em ação no jornal Meio Norte quando o assunto é “ambiente/natureza” – isto é, de que formas a mídia impressa de Teresina informa (e, portanto, ensina, forma) os públicos acerca das questões ambientais;
- Mostrar quais os sentidos que perpassam/atravessam as reportagens acerca do tema da preservação da natureza, bem como quais as dimensões sociais, culturais e econômicas que se articulam com a educação ambiental no jornal anteriormente referido.

## CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO UM PROBLEMA DE PESQUISA

---

Segundo Viola (1995), “a questão ambiental vem sendo considerada como cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis” (p. 27). Dado o caráter de urgência atribuído ao ambiente nos últimos anos, os meios de comunicação – e, em especial, a mídia impressa – começaram a ser “convocados”, pelos mais diversos movimentos ecológicos, a tomar parte numa espécie de “cruzada ambiental”. Nesse sentido, a mídia é apontada por alguns ambientalistas como um instrumento favorável à ampliação das discussões sobre o ambiente (já que ela chega a um grande número de pessoas).

Se, por um lado, alguns autores (por exemplo, MAGALI, 2002) consideram a mídia como um instrumento de educação ambiental (“quando usada de forma ética, crítica, e coerente”), por outro lado, outros autores afirmam que a mídia “atrapalha” (já que questões ambientais ganhariam conotações errôneas, duvidosas, sensacionalistas, distorcidas, longe da realidade, etc.). Também afirma-se, com frequência, que a mídia seria a principal responsável pelo esvaziamento das discussões ecológicas. Silva (2005), por exemplo, em artigo voltado para análise da cobertura ambiental em três dos maiores jornais brasileiros, afirma que “a lógica do jornalismo diário não é compatível com a lógica ambiental” – isso porque, segundo a autora, “o jornalismo convencional pensa no hoje, no imediato, no fato, o que vai acontecer daqui a duas décadas não interessa” (p. 1). Dessa forma, segundo ela, o ambiente só seria retratado na mídia por ocasião de acidentes, de grandes convenções com a presença de chefes de Estado ou, ainda, de catástrofes naturais – ficando de fora aquilo que a autora chama de “grandes questões ambientais”. Andrade (2003), que analisou os modos como a natureza é mostrada na televisão brasileira, vê como problemática “a transmutação do debate ambiental em um espaço dado a ensaios e performances, ou seja, [em] um espetáculo” (p. 13).

Além disso, ambientalistas apontam (em tom de denúncia, muitas vezes) que a mídia estaria apenas voltada para a defesa de interesses de empresas ou mesmo de clientes patrocinadores – e que não seriam beneficiados pela divulgação de determinadas matérias.

Segundo Sousa (s/d), as grandes redes de comunicação estão organizadas como indústrias e, como tal, buscam a sobrevivência mercadológica dentro do sistema capitalista. Assim, ainda que falem de meio ambiente e de “sustentabilidade”, não perdem de vista o modelo que as sustenta. Por vezes falam de “ética ambiental”, “mudanças de comportamento individual e empresarial”, “ajuste da legislação ambiental”, etc. Para o referido autor, “ao mesmo tempo em que a mídia se constitui numa ferramenta importante de circulação/massificação de conceitos como responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, quase sempre o faz de forma artificial, longe de uma visão sistêmica do problema”.

Mas há quem diga, também, que a mídia tornou visíveis os efeitos da ação antrópica no ambiente, bem como posicionou a Ecologia no centro das discussões globalizantes do final do século XX e início do século XXI, junto com a economia, a política e a religião. Silva (2005) afirma que após a grande cobertura televisiva da RIO92, “termos como meio ambiente e ecologia, que anteriormente circulavam em locais restritos como órgãos especializados do governo ou ONGs, entraram para o vocabulário da população em geral, saindo dos guetos ambientalistas” (p. 2). A autora afirma, ainda, que houve um aumento significativo do número de instituições voltadas à proteção ambiental após aquela Conferência, bem como aumentou a preocupação governamental em torno da implantação de políticas públicas ambientais.

Independente do fato de a mídia interferir positiva ou negativamente no entendimento e na divulgação das questões ambientais assume-se, na presente dissertação, que a mídia é uma instância eminentemente pedagógica, responsável pela produção e circulação de determinados discursos utilizados pelos sujeitos em sua prática cotidiana (KELLNER, 1995; 2001; GIROUX, 1995; 2003; FISCHER, 1997; 1999; 2001). Diariamente, pelos mais diversos meios de comunicação (TV, rádio, jornais, revistas, internet etc.), os significados são constantemente produzidos, havendo um constante intercâmbio em cada interação pessoal e social da qual



tomamos parte. Os significados, de acordo com Hall (1997), regulam e organizam nossas condutas e práticas – eles “ajudam a estabelecer regras, normas e convenções através das quais é ordenada e governada a vida social”. Os significados são, portanto, o que alguns procuram estruturar e moldar, sendo que estes são os que desejam governar e regular as condutas dos outros.

As análises foram processadas sob inspiração do campo multifacetado dos Estudos Culturais, que vem adquirindo uma importância cada vez maior no âmbito das atividades acadêmicas e mesmo de certos movimentos sociais em muitos países, mas que começou a tomar forma estimulado pela fundação de um centro de pesquisa de pós-graduação, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, na Universidade de Birmingham, em 1964. Para estabelecer-se a matriz intelectual a partir da qual os Estudos Culturais se desenvolveriam, houve aproximações seletivas com diversas linhas de teorizações e análises (HALL, 1997). Dessa forma, os Estudos Culturais, segundo Silva (2000), tiraram proveito de conceitos e de metodologias de pesquisa de disciplinas tão diversas como a Antropologia, os Estudos Literários, a História, a Comunicação e a Sociologia, para estudar os mecanismos, as estratégias e os esquemas de representação dos diferentes grupos culturais e sociais, a dinâmica de funcionamento de artefatos culturais como a mídia, o cinema, a televisão, as revistas populares, etc. Diversos críticos contemporâneos têm chamado a atenção para a importância desses artefatos culturais na constituição de versões do mundo.

Stuart Hall (1997), por exemplo, enfatiza o caráter constitutivo da cultura e o papel central que esta tem na definição dos nossos modos de ser e estar no mundo. De acordo com Leandro Belinaso Guimarães (2008), em artigo intitulado “O aquecimento global nas pedagogias do jornal”, podemos enxergar cultura em diferentes espaços da sociedade (movimentos sociais, cinema, escolas, empresas, laboratórios científicos, jornais etc.) imprimindo significações sobre as coisas do mundo (objetos, conceitos, disciplinas práticas, modos de ser e de viver). Guimarães, inspirado pelos escritos de Hall (1997), afirma ainda que os significados atribuídos a tais “coisas” pela cultura são sempre móveis e contingentes e intimamente conectados às relações de poder-saber postas constantemente em jogo nas sociedades.

Sendo a mídia um dos principais meios de circulação das idéias e imagens vigentes nas sociedades ocidentais contemporâneas, ela sustenta os circuitos globais das trocas econômicas dos quais depende todo um movimento mundial de informação, conhecimento, capital, investimento, produção de bens, comércio de matéria-prima e marketing de produtos e idéias (HALL 1997, p. 17). Enfatiza-se, assim, que o Jornal Meio Norte – principal jornal diário de Teresina – faz muito mais do que simplesmente “informar”, objetivamente, a sociedade sobre o ambiente e a natureza. Entendo, amparada em Saraí Schmidt (2006), que os artefatos da cultura, como a televisão ou os jornais, praticam pedagogias, nos ensinam coisas, nos contam histórias, nos dizem como as coisas são, como as coisas não são, como as coisas devem ser, etc.

Também compartilho da perspectiva de Fischer (apud SCHMIDT, 2006), quando ela afirma que a “prática diária em sala de aula hoje não pode ser vista sem que se considere a educação como imersa no grande espaço da cultura e, portanto, no grande espaço dos meios de comunicação, da cultura da imagem e da proliferação de mitos, de modos de ser” (p. 2). Melhor dizendo, sabemos o quanto a mídia se apresenta como um espaço pedagógico, nos ensinando diferentes formas de viver, de nos relacionar com o outro.

O presente trabalho investigativo justifica-se pela necessidade de se refletir sobre o que vem sendo produzido e veiculado pela mídia na direção do que se pode (e deve) pensar, o que se pode (e deve) fazer, o que se pode (e deve) aprender sobre educação ambiental – isto é, em razão do “estatuto pedagógico da mídia” (FISCHER, 1997) na contemporaneidade.

O propósito deste estudo não é rechaçar e nem elogiar os discursos e as representações culturais acerca da educação ambiental na mídia, mas analisar como estas representações e estes discursos têm sido construídos. Desse entendimento mais alargado do que seria educar e ensinar, não se pode minimizar os efeitos que tais representações culturais exercem na constituição de nossas formas de olhar, de estabelecer o que é correto e o que não é, o que se deve ver, e o que não se deve, e ainda, como se deve ser e como não ser.

Procuro, neste estudo, refletir sobre os modelos de educação ambiental construídos pelo jornal Meio Norte, bem como refletir acerca dos modos como os

sujeitos leitores podem estar sendo constituídos em termos de identidades, condutas, comportamentos, conclusões, avaliações, julgamentos, preparação de aulas etc., tendo por parâmetro o que esta mídia produz e faz circular cotidianamente. Segundo Sampaio (2005), uma pesquisa se constitui na (e da) inquietação, pois provém da insatisfação com as respostas que já temos. Assim, adentrar nos caminhos investigativos dos Estudos Culturais significa provocar marcas profundas no jeito que um pesquisador tem de “olhar” o mundo – aliás, com frequência, tais estudos podem fazer ruir quase todas as certezas tão fortemente estabelecidas por alguém ao longo da vida.

### **1.1 – Um pouco mais sobre o referencial teórico-metodológico: os Estudos Culturais**

Conforme já destacado anteriormente, o campo de pesquisa conhecido como Estudos Culturais vem adquirindo uma importância cada vez maior no âmbito das atividades acadêmicas e mesmo de certos movimentos sociais em muitos países, mas, inicialmente, esteve restrito ao *Centre for Contemporary Cultural Studies*, fundado em 1964 na Universidade de Birmingham, Inglaterra.

Os Estudos Culturais se caracterizam – transgressiva e propositadamente – por não assumirem nenhuma metodologia, análise estatística, etnometodológica ou textual *a priori*. É importante salientar que isso não significa dizer que o trabalho investigativo, nesta perspectiva teórica, não possui nenhuma metodologia: ao contrário, significa dizer que não há protocolos de pesquisa pré-estabelecidos (e prontos a serem aplicados pelo pesquisador), e que a escolha do pesquisador é muito mais estratégica e auto-reflexiva do que em outras áreas do conhecimento.

Os estudos dependem do seu contexto, e as ferramentas teórico-metodológicas a serem utilizadas dependem das perguntas que o pesquisador quer responder – assim, não se adotam de forma acrítica quaisquer das práticas disciplinares formalizadas, pois estas carregam uma herança de investimentos e exclusões disciplinares que os Estudos Culturais são frequentemente inclinados a repudiar. Além disso, este campo não nos dá qualquer garantia sobre quais as

questões importantes a serem feitas em determinados contextos e nem como respondê-las, portanto, nenhuma metodologia pode ser privilegiada ou mesmo empregada com total segurança e confiança, embora nenhuma possa ser eliminada antecipadamente. A análise textual, a semiótica, a desconstrução, a etnografia, as entrevistas, a análise fonêmica, a psicanálise, todas podem fornecer importantes idéias, saberes e “pistas” que interessam ao pesquisador (NELSON, TREICHLER & GROSSBERG, 1995). As ferramentas analíticas a serem adotadas na presente investigação estão explicitadas na seção 2.3 (*Modos de análise das reportagens*).

Mesmo quando identificados com uma tradição nacional específica (como os Estudos Culturais estadunidenses, australianos, indianos, etc.), os Estudos Culturais continuam sendo diversificados e controversos, abrangendo posições e estratégias diferentes em contextos específicos, tratando de muitas questões, extraindo seu alimento de muitas raízes e modulando a si próprios no interior de diferentes instituições e locais. Para Nelson, Treichler & Grossberg (1995), esses estudos precisam continuar abertos a possibilidades inesperadas e inimaginadas – ou, até mesmo, não-solicitadas.

Segundo os referidos autores (op.cit.), todos os esforços em definir os Estudos Culturais nos permitem dizer que é um campo interdisciplinar, transdisciplinar, e algumas vezes contra-disciplinar, abrangendo tanto uma concepção ampla, antropológica de cultura, quanto uma concepção estreitamente humanística de cultura. Nesse sentido, para Silva (1995), os Estudos Culturais estão comprometidos com o estudo de todas as artes, crenças, instituições e práticas comunicativas de uma sociedade, rejeitando a velha distinção entre “alta cultura” e “baixa cultura” – isso porque, para os Estudos Culturais, a cultura é, simultaneamente, o terreno sobre o qual a análise se dá, o objeto de estudo e o local da crítica e intervenção política.

De acordo com Nelson, Treichler & Grossberg (1995), diferentes vertentes dos Estudos Culturais se desenvolveram a partir de esforços em compreender os processos que moldaram a sociedade e a cultura modernas e do pós-guerra: a industrialização, a modernização, a urbanização, o surgimento da comunicação de massa, a crescente mercantilização da vida cultural, a criação de uma economia global, a disseminação mundial da cultura de massa, etc, são condições históricas

gerais que se manifestam diferentemente em contextos nacionais, que resultaram em tradições distintas de Estudos Culturais. Além disso, em cada contexto, essas forças diversas têm produzido importantes perturbações, deslocamentos e lutas sociais, políticas, culturais e ambientais.

Os Estudos Culturais acreditam que a prática<sup>1</sup> importa, mas suas intervenções não são garantidas: não se espera que elas durem para sempre e nem, muito menos, que elas “salvem o mundo”, pois são sempre parcialmente dirigidas pelas demandas políticas de seu contexto e pelas exigências de sua situação institucional. Assim, o presente projeto não pretende encontrar saídas “práticas” para os problemas ambientais da região de Teresina; não pretende verificar as possíveis “distorções” causadas pela mídia impressa aos conhecimentos científicos/saberes ambientais específicos; não pretende implantar determinadas ações ambientais nas salas de aula, colégios, etc. ou, ainda, propor “alternativas” para os conhecimentos dos professores educadores ambientais das escolas daquela região. O que se pretende é olhar de um outro modo<sup>2</sup> para as questões ambientais, a escola, a mídia e as culturas locais.

Entendo que este trabalho possa contribuir para a discussão sobre como o jornal participa na construção de concepções hegemônicas sobre educação ambiental, ambiente e natureza, bem como relações de poder forjadas e operantes na arena cultural vão consolidando e legitimando concepções, fortalecendo posições político-filosóficas, produzindo identidades e sujeitos. O que pretendo não é lançar uma “fórmula” ou uma estratégia mais perspicaz para analisar as reportagens que tematizam a educação ambiental publicadas nos jornais. Minha proposta foi colocar em discussão os significados acerca da educação ambiental, do ambiente e da natureza produzidos e postos em circulação pelo jornal Meio Norte – isso porque os Estudos Culturais, perspectiva teórica na qual este trabalho se insere, abrem a possibilidade de discutir aquilo que está sendo colocado em circulação na mídia. Entendo que pode ser muito produtivo o exercício de tentar analisar quais são os “olhares” que o jornal está lançando para as questões relacionadas à educação ambiental, examinando o que ele nos diz sobre isto.

---

<sup>1</sup> Para os Estudos Culturais, não há distinção entre teoria e prática – isso porque, a partir das teorizações de Michel Foucault (e que foram adotadas pela maioria dos praticantes de Estudos Culturais mundo afora), os saberes também são considerados práticas discursivas.

<sup>2</sup> Modo de olhar esse não necessariamente melhor que os outros: apenas diferente.

Nesse processo de mudanças constantes, nessa inconsistência que tem caracterizado os dias atuais, nessa situação de insegurança em que vivemos, sobretudo nos últimos vinte ou trinta anos, teria a mídia o poder de interferir nos processos de produção de identidades em um mundo atravessado pela globalização? A mídia teria essa “força” que lhe atribuem aqueles que a consideram, inclusive, como o “quarto poder”? De que modo esses meios de comunicação interpelam, influenciam, ou, enfim, como eles atuam na constituição dos sujeitos? E, nesse processo, que valores esses meios destacam? O quê elegem para colocar em circulação nos seus veículos? Como tais meios de comunicação se posicionam frente à população?<sup>1</sup>

Vivemos numa época em que a comunicação visual, seja na mídia impressa, cinema ou televisão faz parte do cotidiano de todos. Talvez pudéssemos dizer que o mundo nos chega sempre editado. Lemert (1997) utiliza o exemplo da força persuasiva da televisão, dizendo que vivemos numa época em que, quando a maior parte das crianças americanas ingressaram na escola, já assistiram mais horas de televisão do que o número total de horas que terão nos currículos escolares. Eu diria que a situação brasileira talvez não seja diferente...

Douglas Kellner (2001) destaca o papel fundamental exercido pelos artefatos da mídia como pedagogias culturais referindo-se à sociedade pós-Segunda Guerra Mundial. Kellner (op. cit.) chega a considerar as sociedades ocidentais contemporâneas como "racionalizadas, burocratizadas, consumistas e dominadas pela mídia" (p. 311), dando ênfase à televisão como um meio decisivo na "construção" dessa nova cultura. Ele argumenta, por exemplo, que "a televisão e outras formas da cultura da mídia desempenham papel fundamental na reestruturação da identidade contemporânea e na conformação de pensamentos e comportamentos" (KELLNER, 2001, p. 304).

Silva (1999) se refere à dimensão pedagógica da cultura, ao afirmar que "tanto a educação quanto a cultura em geral estão envolvidas em processos de transformação da identidade e da subjetividade", acrescentando, ainda, que "sem ter o objetivo explícito de ensinar, entretanto é óbvio que elas [as produções culturais]

---

<sup>3</sup> É importante salientar que não pretendo, nesta dissertação responder tais questionamentos, pois trata-se de perguntas retóricas, que nos vêm a cabeça no momento em que se fala de mídia. Sem contudo, serem objetos deste trabalho.

ensinam alguma coisa, que transmitem uma variedade de formas de conhecimento que, embora não sejam reconhecidas como tais, são vitais na formação da identidade e da subjetividade" (p. 139-140). Pode-se dizer, assim, que os jornais diários são artefatos culturais importantíssimos – mais do que simples “transmissores de notícias”, também nos textos dos jornais se instituem visões de mundo e se constroem posições para os sujeitos ocuparem. Pode-se dizer, ainda, que neles “fabricam-se” as notícias, ao privilegiarem-se determinados assuntos em detrimento de outros, ao escolherem-se os “ângulos” sob os quais determinada notícia será abordada, etc.

É nesse sentido que considero importante e produtiva a discussão sobre aquilo que a mídia está nos ensinando todos os dias, seja pelo rádio, pelos jornais, pelas revistas ou pela televisão (mesmo quando a mídia não tem explicitamente essa intenção!). Conforme Giroux e McLaren (1995) “existe pedagogia em qualquer lugar em que o conhecimento é produzido, em qualquer lugar em que existe possibilidade de traduzir a experiência e construir verdades, mesmo que essas verdades pareçam irremediavelmente redundantes, superficiais e próximas ao lugar comum” (p. 144). Talvez possamos falar sobre a possibilidade de a escola estar envolvida em reflexões sobre a mídia, buscando pensar, inclusive, sobre a linguagem utilizada por estes artefatos culturais que nos interpelam todos os dias.

Compartilho da perspectiva de Fischer (1998), quando ela afirma que a “prática diária em sala de aula, hoje, não pode ser vista sem que se considere a educação como imersa no grande espaço da cultura e, portanto, no grande espaço dos meios de comunicação, da cultura da imagem e da proliferação de mitos, de modos de ser, de existir e de formar as pessoas” (p. 1). Ao discutir as relações entre mídia e educação, Fischer aponta possibilidades para o desenvolvimento, hoje, de uma pedagogia que considere os meios de comunicação. A autora faz uma reflexão sobre as complexas conexões entre mídia e educação, numa época em que as imagens oportunizam outras vivências, outras noções de tempo e espaço dentro e fora da escola.

Essa pesquisa, tal como já apontado anteriormente, tem como ponto central as análises textuais de reportagens que envolvem educação ambiental, ambiente e natureza publicadas no jornal Meio Norte em 2007 – isso porque, nas palavras de

Kellner (1995), “a análise de artefatos culturais familiares pode demonstrar a natureza social e culturalmente construída da subjetividade e dos valores, de como a sociedade constrói algumas atividades como tendo valor e como sendo benéficas, enquanto desvaloriza outras” (ibidem, p. 127).

## **1.2 – Outras considerações sobre mídia e educação em tempos pós-modernos**

Frederic Jameson (apud KELLNER,1995, p. 105) representa o pós-moderno como, ao mesmo tempo, progressista e regressista, positivo e negativo. No entanto, sem excessos, deve-se atentar para a diversidade da teoria e das posições pós-modernas, tendo-as como perspectivas que apontam para novas tendências e condições sociais que exigem a rediscussão de nossas velhas teorias, podendo levar a novas sínteses teóricas (KELLNER,1995). Um dos grandes méritos das posições pós-modernas é o de expandir o conceito de cultura, rompendo, ao mesmo tempo, as barreiras entre “alta” e “baixa” cultura, possibilitando, segundo Kellner (op. cit), a abertura de um amplo terreno de artefatos culturais para a análise crítica.

Neste sentido, considero importante também prestar atenção ao que a mídia está nos ensinando todos os dias, seja no rádio, jornais, televisão, sobre a linguagem utilizada por estes artefatos culturais que nos “falam” cotidianamente. O jornal é um artefato carregado de visão de mundo, valores, comportamentos, e o ensino crítico em relação à mídia poderia se tornar parte central de um currículo educacional progressista, segundo Kellner (1995).

Rosa Fisher (2007), em seu artigo “Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas”, defende a necessidade de um movimento incessante do pensamento no estudo das complexas relações que se podem fazer entre mídia, educação e trabalho pedagógico escolar. O estudioso inglês Roger Silverstone (apud FISCHER, 2007, p.293), em “Por que estudar a mídia?”, mostra como é impossível pensar as relações entre mídia e educação sem pensar em lutas de poder, em estratégias de controle globalizadas, em batalhas pelo controle das grandes redes de comunicação<sup>1</sup> e, ao

---

<sup>4</sup> Como é o caso do Sistema Meio Norte de Comunicação (a ser descrito no item 1.4).



mesmo tempo, em lutas de grupos e indivíduos para terem acesso e participação no que diz respeito à informação e ao direito de voz e de expressão.

Em uma das reportagens a serem analisadas no presente trabalho, apresenta-se o que parece ser o “grito” de uma comunidade que reclama por infra-estrutura, principalmente de água, onde crianças vão para a escola sem tomar banho, onde as donas de casa não cozinham por falta de água, que pedreiros não trabalham pelo mesmo motivo. Essa comunidade reclama melhorias habitacionais, principalmente pela falta de banheiros (individuais e coletivos); reivindica policiamento ostensivo, já que “a onda de violência cresce a cada dia”, segundo a reportagem. A iluminação pública do lugar é distribuída através de “gambiarras”, colocando em risco a vida de crianças que brincam nas ruas; há a falta de posto médico e orelhões – enfim, de inúmeros serviços considerados essenciais para a população. Que lições são essas que o jornal quer nos ensinar? Quem o jornal pensa que os seus leitores são? E, mais: quem o jornal pensa que os seus leitores deveriam ser?

Verifica-se, nesta reportagem, que o jornal se coloca como “porta-voz necessário” da comunidade, defensor de seus anseios e reivindicações, mas sem mostrar ao leitor a complexidade das origens, das causas dos problemas enfrentados pelas pessoas dessa comunidade; além disso, o jornal endereça-se (ELLSWORTH, 2001) à população como um todo (que enxerga na cobrança do jornal a possibilidade de ver os seus problemas cotidianos resolvidos) mas, também e principalmente, aos eleitores e aos deputados e políticos de diversos partidos (que enxergam neste ou naquele político a possibilidade de solução – ou não... – de seus problemas). A meu ver, também convém interrogar se o jornal, neste momento, está realmente dando direito de voz e de expressão a essa comunidade – já que não há nenhum tipo de declaração de morador ou de membro de associação.

Cabe, também, lembrar que reportagens como essa, em que comunidades supostamente reivindicam melhorias para seus bairros, são comuns no cotidiano do jornal em questão. O tema da ausência (de condições básicas de vida, por exemplo) se torna familiar para a população, se torna “natural” existirem pessoas que necessitem de água para beber, tomar banho, cozinhar, necessidade de banheiro, de policiamento, de telefones públicos, de energia elétrica, etc. E talvez possamos falar sobre a possibilidade da escola estar envolvida nessas reflexões.

### 1.3 – Modos de análise das reportagens

Estamos vivendo num tempo em que tudo, até mesmo as leituras que fazemos, está marcado pela velocidade de consumo: fazemos estudos relativamente rasos, interpretações ligeiras e leituras quase que exclusivamente pragmáticas, inconsistentes, vagas (em muitos casos, abdicamos de pensar!), e afirmamos credos acadêmicos, sejam eles pós-modernos, críticos, salvacionistas, sem de fato empreendermos esforços para amadurecer e refletir sobre tudo o que ouvimos e lemos...

Este trabalho se propõe – não de uma forma acabada e definitiva, sem a pretensão de ser arauto da verdade – a fazer uma análise das representações que o jornal *Meio Norte* de Teresina fabrica e faz circular sobre educação ambiental, ambiente e natureza. O *corpus* de análise é composto pelas reportagens do jornal *Meio Norte* publicadas em 2007 e que fazem qualquer menção a temas ambientais.

As reportagens (n = 62) foram fotocopiadas, identificadas por números e foram sistematizadas conforme a tabela abaixo:

	MANCHETE DA REPORTAGEM	EDITORIA	TEMA	COMO SÃO VISTOS A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O AMBIENTE E A NATUREZA?	CARACTERÍSTICAS DA NARRATIVA JORNALÍSTICA
1					
2					

- Tabela nº 1 : Caracterização da Reportagem

Foram encontradas reportagens envolvendo a educação ambiental, o ambiente e a natureza tanto na seção “Ambiente” quanto nas editorias “Opinião”, “Editorial”, “Geral”, “Planeta” e “Educação”. Também foram encontradas referências à educação ambiental em editorias tão variadas quanto “Política” e “Saúde”. As temáticas das 62 matérias selecionadas são as mais diversas, como se pode perceber na tabela abaixo:

#### - Quadro nº 1 : Temáticas Relacionadas nas reportagens

TEMÁTICAS (MAIS) ESPECÍFICAS/“LOCAIS”	QUANTIDADE
Falta de saneamento básico de Teresina e cidades vizinhas	18
Serra Vermelha	14
Seca no Piauí	07

Rio Parnaíba	04
Degradação ambiental no Piauí	02
Serra da Capivara	02
Compensação financeira para o Piauí	02
Reciclagem/ “decoração ecológica”	01
Enchentes	01
Apreensão de aves	01
Queimadas	01
Rio Poty	01
Dengue	01
Fontes alternativas de energia (mamona)	01
<b>TEMÁTICAS (MAIS) AMPLAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Mudanças Climáticas	03
Desenvolvimento Sustentável	01
Desmatamento	01
Biocombustíveis (geral)	01

Feita a sistematização das reportagens, procedeu-se à identificação de possíveis eixos de análise. A idéia foi de trabalhar com o jornal num processo de descoberta, deixando que “ele se apresentasse” ao investigador. Primeiro pensou-se na seguinte divisão para orientar a análise: a) representações de ambiente, natureza e educação ambiental; b) e as práticas representacionais. Após análise exaustiva (e abrangente) do conjunto de reportagens, optou-se pela apresentação, como eixos de análise, de algumas das temáticas mais abordadas pelo jornal *Meio Norte* (mesclando, então, representações e práticas representacionais).

Observou-se que as temáticas mais abordadas no período foram aquelas mais específicas/“locais”, onde o jornal se coloca como porta-voz da população, ou pelo menos pretende desempenhar esse papel: o de denunciador das más condições das vias públicas, de chamar atenção para a falta de saneamento básico das vilas da cidade de Teresina, de denunciar a falta de serviços como orelhões, limpeza, iluminação elétrica, o lixo nas ruas, enchentes, sempre com imagens que representam o ambiente das vilas e bairros como sendo “pobre”, “degradado” e “degradante”, sem contudo mostrar, ou traçar um paralelo, entre os problemas e as políticas públicas do Estado ou do município.

Além disso, verificou-se que os textos jornalísticos têm, invariavelmente, um caráter negativo/pessimista, enfocando brigas políticas na área ambiental, as enchentes, as mazelas, as reivindicações, as necessidades dos bairros da cidade, não havendo comentários (ou sequer qualquer menção) com relação ao lado bonito e belo da cidade... Silva (2005) enfatiza que, de um modo geral, a imprensa valoriza mais o aspecto negativo que o positivo, e isso não seria privilégio da cobertura ambiental/ecológica: a imprensa, segundo ela, dá mais destaque à divulgação de crimes, escândalos, roubos, brigas políticas, enfim, de características noticiosas negativas.

Creio que o trabalho jornalístico sobre os temas socioambientais ainda carecem de abordagens melhor contextualizadas, com perspectivas históricas ou que relacionem fatos e que considerem a pluralidade de vozes que “falam” sobre o ambiente, a educação ambiental e a natureza.

Sobre o uso de imagens em jornais, Reigota (2002) afirma que muitos textos vêm acompanhados de ilustrações gráficas, imagens que procuram sintetizar algumas das principais idéias do autor do referido texto ou da equipe editorial sobre as questões em pauta, e que elas (as imagens) serviriam como um complemento importante do texto, refletindo de forma muito original pontos de vista peculiares, e às vezes até contraditórios, em relação aos argumentos dos próprios autores. Segundo ele, ficar atento às imagens, considerando que elas originam, difundem e “materializam” representações presentes nos meios profissionais, culturais, sociais e acadêmicos, produzindo e solidificando preconceitos e estereótipos ao mesmo tempo que “legitimam” determinadas posições, é uma estratégia analítica válida e interessante. Assim, também prestei atenção às imagens que acompanham as reportagens do jornal Meio-Norte – e, por exemplo, percebi que, ao falar sobre o semi-árido, o jornal mostra somente imagens de cactos, carros-pipas, e mulheres com lata d’água na cabeça... Por que será? É como se, no semi-árido, não pudessem existir outras coisas que não a pobreza, a seca, a falta de progresso, o sofrimento, a falta de água, a dureza do chão rachado e da vegetação espinhosa, etc. Assim, essas imagens representam, de forma explícita e/ou implícita, aquilo que algumas instituições e grupos (no caso, o Sistema Meio-Norte de Comunicação) pensam ser o Nordeste e, também, o nordestino. Conforme Reigota (2002), vivemos

cotidianamente bombardeados por imagens nada inocentes e de forte impacto, que influenciam pessoas de diferentes classes sociais, níveis culturais e escolaridade e que, concretamente, temos pouco ou nenhum tempo para analisá-las, assim como nos falta o hábito para isso. Uma das características básicas da potência das imagens é a sua fugacidade e rápido consumo, trazendo consigo a necessidade de educar-se para ler, interpretar e desconstruir os significados implícitos e/ou explícitos que estas tentam consolidar no espaço social.

# município

► **PREOCUPANTE** | As previsões dos meteorologistas são de que as chuvas comecem somente na segunda quinzena de fevereiro até o mês de abril

## Seca se agrava no Piauí e começa a distribuição de água

Efrém Ribeiro  
DA EDITORIA GERAL

A seca está se agravando no interior do Estado, atingindo 127 municípios do semi-árido, e por causa disso a Secretaria Nacional de Defesa Civil anuncia hoje o aumento das cidades que serão atendidas com abastecimento de água por carros-pipas controlados pelo Exército.

O diretor da Comissão de Defesa Civil do Piauí, Ernando Cardoso, informou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil levou ontem a lista de novos municípios que terão abastecimento de água por carros-pipas para aprovação e divulgará hoje os nomes das cidades beneficiadas. Ele falou que hoje são 77 municípios com situação de emergência decretada no interior do Piauí pela crise no abastecimento de água e perda da safra agrícola.

Ernando Cardoso declarou que 42 municípios piauienses estão sendo abastecidos com carros-pipa, sendo que, desses, em 30 a distribuição de água está sendo feita pelo Exército. Ele afirmou que os meteorologistas estão divulgando boas notícias e prevendo chuvas a partir da segunda quinzena de fevereiro e ocorrendo também de março a abril no Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará. "Os meteorologistas estão prevendo a partir da segunda quinzena de fevereiro até abril", declarou Ernando Cardoso.

O diretor-geral do Emater (Instituto de Assistência Téc-



### ▼ CALAMIDADE

Muitos municípios já sofrem com os efeitos da falta de chuvas no semi-árido piauiense

nica e Extensão Rural) do Piauí, Adalberto Pereira, disse que a atual situação da estiagem no interior do Piauí é muito preocupante porque não há regularidade de chuvas na maioria dos municípios. Segundo ele, a única região do Piauí que ainda teve regularidade de chuvas foi a dos Cerrados, onde a agricultura familiar não é forte.

Adalberto Pereira falou que o Emater está insistindo que os agricultores, ao recorrerem a financiamentos bancários para o custeio agrícola e plantação, não o façam sem orientação do Emater.

Ele afirmou que a possibilidade de os agricultores recorrerem ao seguro-safra, o Proagro Mais, é muito grande por causa da estiagem.

### ► ORIENTAÇÃO

Com o agravamento da estiagem, o Emater determinou que seus técnicos promovam reuniões com os agricultores

"Para cobrir os prejuízos dos agricultores por causa da perda da safra é preciso que cumpram muitas normas do seguro e eles precisam saber quais são essas normas e essas regras. Eles vão encontrar essas informações com nossos técnicos no Emater", falou Adalberto Pereira.

Com o agravamento da estiagem, o Emater determinou que seus técnicos promovam reuniões com os agricultores em suas comunidades para orientar em relação ao acesso dos créditos dos

banco, mas também com informações sobre as sementes, espaçamento e cuidados sobre o cultivo das plantas.

Adalberto Pereira afirmou que as previsões dos meteorologistas não são boas em relação ao Piauí. Ele disse que as chuvas não serão muitas e os agricultores devem armazenar água, cuidar das pastagens, fazer feno, porque é possível o período de estiagem neste ano ser maior do que o verificado em 2006.

"É preciso acumular água e os agricultores devem fazer um plano de gerenciamento do uso da água em suas propriedades. As previsões não são boas. Tomara que ocorram mudanças no clima", finalizou Adalberto Pereira.

O texto jornalístico também é pleno de contradições: um dos exemplos que podemos citar é a mudança que observamos nos significados envolvendo o Projeto Energia Verde. Em várias reportagens, o jornal “louvava” este Projeto, afirmando que os órgãos governamentais (Federais e Estaduais) eram plenamente favoráveis ao desmatamento de Serra Vermelha para a produção de carvão pela empresa J.B. Carbon. Manchetes como “Piauí tem o maior projeto de manejo florestal do Brasil”, “Caça e focos de incêndio diminuem na Serra Vermelha”, “Ministério do Meio Ambiente incentiva o manejo da floresta”, “IBAMA e JB CARBON contestam desmatamento na Serra Vermelha” e “Romildo Mafra garante que projeto é legal” foram sendo substituídas – após intensivos debates com a sociedade, e manifestações contrárias ao projeto por parte de ONG’s locais, ambientalistas e de grupos organizados – por “Publicada resolução que integra Serra Vermelha à Mata Atlântica no PI”, “Serra Vermelha e os debates sociais”, “Valdemar Rodrigues defende que Serra Vermelha vire um monumento geológico”, “Empresa entra em contradição sobre impacto ambiental”, “JB Carbon tenta explicar projeto Energia Verde” e, por fim, “IPHAN pede estudo arqueológico de Serra”:

# Política

O advogado Nelson Nery Costa tomará posse nesta segunda - feira (26.03.07) à cargo de Defensor Público Geral. A escolha foi feita por indicação e unanimidade da categoria. Nelson Nery é advogado com título de mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nas áreas de Direito Constitucional e Teoria do Estado. É doutor pela Universidade Lusitana, de Lisboa (Portugal)

**HISTÓRIA** O Patrimônio Histórico Nacional solicitou um amplo levantamento arqueológico na Serra Vermelha ao serem encontrados vestígios na região, a mesma área que está sendo desmatada para produção de carvão

## Iphan pede estudo arqueológico de Serra

PORTO DE LUÍS CORREIA

### Paralisação degrada materiais e gera prejuízo ao Estado

O engenheiro e historiador Cid de Castro Dias defendeu a mobilização da classe política em defesa da conclusão do porto de Luís Correia. Segundo ele, faltam apenas 20% das obras para que o porto seja completamente concluído. Os recursos estimados seriam da ordem de R\$ 15 milhões, de acordo com informações da Portobras.

ura de  
rensa

MONTE  
vidência divina  
ter um de seus  
luc. O diretor da

atingiu o 7º lugar em valor de exportações entre os estados brasileiros, superando Pernambuco, Pará e Rio de Janeiro. Os produtos eram cera de carnaúba, amêndoas de babaçu, folhas de jaborandi, tucum, couros e peles, mamona e algodão. No governo de Getúlio Vargas, a banca federal fez correspondência encaminhada ao presidente pedindo a execução das obras. Mas somente com a ascensão dos militares ao poder, em 1964, é que foram traçados planos para o início das obras.

Os estudos de viabilidade e as obras foram

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vai fazer o levantamento dos vestígios arqueológicos na região da Serra Vermelha, onde o projeto Energia Verde planeja transformar 78 mil hectares de floresta em carvão. Pinturas e gravuras pré-históricas foram encontradas nos limites entre o Condado Chapada do Gurgueia e a Área de Preservação Ambiental do Rangel, uma unidade de conservação sob a responsabilidade do Governo do Estado do Piauí.

Segundo a arqueóloga, Cris-

tiane Buco, coordenadora chefe do Escritório Técnico da instituição na cidade de São Raimundo Nonato (525 km de Teresina), a 19ª Superintendência Regional do Iphan, em Teresina, enviou documento, aos órgãos federais de Meio Ambiente ressaltando a necessidade de um amplo levantamento arqueológico na Serra Vermelha antes que a floresta seja derrubada.

"O projeto Energia Verde e toda a chapada da Serra Vermelha ficam entre duas unidades de conservação, Serra das Con-

**VESTÍGIOS**  
Arqueólogos acreditam que diversos vestígios podem ser encontrados em toda a região da Serra Vermelha

fusões e APA do Rangel, que possuem sítios arqueológicos com registros gráficos da pré-história. Dessa forma, é muito provável que a Serra Vermelha também tenha sítios arqueológicos entre seus cânions e desfiladeiros", explicou a arqueóloga Cristiane Buco, que tam-

ém é pesquisadora da Fundação Museu do Homem Americano (Fundham).

O Iphan é um órgão federal de proteção ao patrimônio brasileiro criado no fim dos anos 30. Cabe ao poder público, com apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país. Segundo a Constituição Federal, patrimônio cultural engloba, entre várias outras áreas, os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

### Desmatamento é destaque em revista

O desmatamento da Serra Vermelha, no sul do Piauí, ganhou destaque, com reportagem de capa, na revista "Com Ciência Ambiental",

tulada "Serra Vermelha Floresta em brasa, mostra que cerca de 78 mil hectares de matas nativas de Carrasco - uma mescla de Castanha, Cer-

Nacional Serra Vermelha. No entanto, um projeto ironicamente denominado Energia Verde, incentivado pelo Ministério do Meio Ambiente e apro-

áreas de Carrasco guardam informações biológicas únicas. O analista de biodiversidade Cristiano Nogueira, da Conservação Ambiental, afirma

Segundo Hall (1997), a linguagem é um dos "meios" privilegiados através dos quais os significados são produzidos e postos em circulação, e os membros de uma mesma cultura precisam partilhar conjuntos de significados de modo que isso possibilite que pensem, sintam e interpretem o mundo de maneira mais ou menos parecida. Na linguagem, segundo o autor (op. cit.), "utilizamos sinais e símbolos - podendo ser sons, palavras escritas, imagens produzidas eletronicamente, notas musicais, objetos - que significam ou representam para outras pessoas nossos conceitos, idéias e sentimentos". E a representação através da linguagem é, para Hall, central para os processos através dos quais é produzido o significado.

Assim, é nesse sentido que se afirma que os discursos midiáticos sobre a natureza, o ambiente e a educação ambiental compõem uma rede que, juntamente com outros discursos (produzidos em outros campos de saber), colaboram com a instituição de jeitos específicos de entender e de cuidar (ou não) do ambiente.



#### **1.4 – O Jornal Meio Norte se apresenta: o Sistema Meio Norte de Comunicação**

O Sistema Meio Norte (MN) de Comunicação se constitui no maior complexo de comunicação do Piauí, abrangendo diversas empresas como TV, Rádios, Jornal Meio Norte, Portal na Internet, etc. Segundo sua assessoria de imprensa, “o Sistema MN começou a se estabelecer ainda no ano de 1995 e de lá até os dias atuais, através da penetração de suas diversas empresas, é líder conjunto e isoladamente em cada um dos seus ramos de atuação”. A Rádio 99 é líder de audiência em todos os horários, segundo pesquisa do IBOPE e IPOP, e é tida como um veículo de comunicação “que fala a linguagem do povo” (DE TARSO, 2008). Já a TV Meio Norte é a televisão piauiense de maior penetração, já que cobre quase que todos os municípios do Piauí. De acordo com Paulo de Tarso, coordenador Operacional do Sistema Meio Norte de Comunicação<sup>1</sup>, a TV “possui a melhor e mais ampla programação local existente, com a maior variedade de títulos em sua programação”, sendo “a única TV do Piauí que tem 12 horas de programação local”.

O Jornal Meio Norte é o jornal do Piauí com o maior índice de leitura entre os teresinenses, alcançando 79,97% dos leitores. Sozinho, o Jornal Meio Norte é superior à soma dos percentuais alcançados pelos outros jornais do Piauí. A medida do índice de leitura dos jornais teresinenses foi feita em pesquisa de opinião e mídia realizada pelo Instituto Piauiense de Opinião Pública (IPOP) com 300 pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, residentes em Teresina, entre os dias 23 e 27 de outubro. Enquanto o Jornal Meio Norte tem índice de leitura de 79,97%, o segundo colocado, o jornal “B”, tem índice de leitura de 37,83% e o jornal “C”, o terceiro, possui índice de 31,14%. O jornal “D” tem índice de leitura de 1,80%, segundo pesquisa realizada pelo IPOP. O presidente do IPOP, professor e estatístico João Batista Teles, estima que o percentual obtido pelo Jornal Meio Norte atinge um contingente de 222.851 leitores teresinenses. Ele explica que 61,67% da população com 15 ou mais anos de idade de Teresina costuma ler jornal local ainda que de vez em quando, o que totaliza 305.402 leitores potenciais de jornais. A população total de Teresina é de 715.360, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

---

<sup>5</sup> O Coordenador Operacional Paulo de Tarso, a pedido, enviou uma carta/ofício com estas informações.

O Jornal Meio Norte é o único jornal filiado ao IVC (Instituto de Verificação de Circulação), tem circulação em 221 cidades do Piauí, com sucursais nos principais municípios do interior. Ele também abrange 23 municípios maranhenses, podendo ser encontrado, todos os dias, em bancas de São Luís, Fortaleza, Brasília e São Paulo. Em Teresina, bancas de revistas, padarias, farmácias e postos de combustíveis, num total de 190 pontos-de-vendas, e o apoio de 120 gazeteiros, contribuem para a distribuição do jornal Meio Norte.

Ainda de acordo com Paulo de Tarso, “com a preocupação de abranger todos os segmentos de público, o veículo publica vários suplementos sobre os mais variados temas: Negócios, Municípios, Infantil, Tevê, For Teens, Motor & Cia, Clube do Assinante, dentre outros. É um jornal direcionado para um público formador de opinião, mas as notícias de caráter popular têm presença marcante em cada edição”.

## CAPÍTULO 2 – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, O AMBIENTE E A NATUREZA

---

Foram encontradas reportagens envolvendo a Educação Ambiental tanto na seção “Ambiente” quanto nas editorias “Opinião”, “Editorial”, “Geral”, “Planeta” e “Educação”. Também foram encontradas referências à Educação Ambiental em editorias tão variadas como “Perigo/Medo” (caso da reportagem *Mato predomina nas ruas no Primavera II*) e “Política/História”. Em termos de temáticas preferenciais relativas à Educação Ambiental, percebe-se uma ênfase regional – notadamente, questões envolvendo a Serra Vermelha, o Projeto “Energia Verde” e o Rio Parnaíba. A conscientização em torno do lixo, da água, a conservação das vias públicas da cidade de Teresina, o aquecimento global, a seca e a crise no abastecimento de água também tiveram lugar de destaque nas reportagens analisadas.

Quando falamos em ambiente e/ou natureza, muito freqüentemente essa noção logo evoca a idéia de “vida selvagem” ou, ainda, de “ambientes naturais”. Tal percepção é reafirmada em programas de TV e, também, em revistas como a *National Geographic* e em outros meios que participam da construção daquilo que entendemos por ambiente e natureza – essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, autônoma e independente da interação com o mundo cultural humano. Quando essa interação é focada, a presença humana aparece como problemática e nefasta para a natureza (CARVALHO, 2001).

Carvalho (2001) pensa o meio ambiente não como sinônimo de “natureza intocada”, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais, no qual todos os termos dessa relação se modificam dinâmica e mutuamente. Tal perspectiva considera o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como desagregadora, aparece como um dos agentes pertencentes à teia de relações da vida social, natural e cultural, interagindo com ela. Carvalho (2001) afirma que considerar a visão sócio-ambiental é reconhecer que, para apreender a problemática ambiental, é

necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais. Segundo ela (op. cit.), a visão sócio-ambiental compreende a natureza como ambiente de interações entre a base física e cultural deste planeta, sendo que uma proposta educativa interessante nesse sentido é a de formação da capacidade de “ler e interpretar” um mundo complexo e em constante transformação.

Para Carvalho (2001), além de sua presença no ensino formal, a educação ambiental abarca um amplo conjunto de práticas sociais e educativas que ocorrem fora da escola e incluem não só crianças e jovens, mas também adultos, agentes locais, moradores e líderes comunitários<sup>1</sup> – e, no caso específico deste trabalho, também estão sendo consideradas “educadoras ambientais” as grandes corporações de mídia (o Sistema Meio Norte de Comunicação, as emissoras e retransmissoras de TV, as empresas jornalísticas em geral, etc.). É nessa teia de relações sociais, culturais e naturais que as sociedades produzem suas formas próprias de viver. Ainda segundo Carvalho (2001), a Educação Ambiental tem sido uma força potencializadora para construir pontes e aproximar a educação formal da não-formal, integrando escola e as comunidades do entorno<sup>2</sup>, que geralmente incluem ações que envolvem alunos dentro e fora da escola, chegando a propor novos conteúdos escolares, contribuindo para a aprendizagem escolar e social desenvolvida nas comunidades.

É importante ressaltar que não temos nenhuma pretensão de mostrar caminhos, alternativas ou, ainda, representações mais verdadeiras ou definitivas sobre a educação ambiental, o ambiente e a natureza, mas discutir quais as possíveis conseqüências daquilo que se lê sobre educação ambiental na mídia impressa de Teresina, bem como quais as mudanças e práticas eventualmente propostas em tais (e por tais) meios de comunicação. Pretende-se, ainda, mostrar quais os sentidos acerca

---

<sup>6</sup>Tais práticas educativas não-formais envolvem, freqüentemente, ações em comunidades e são chamadas de “Educação Ambiental comunitária”, ou ainda, “Educação Ambiental popular”, ligada à identificação de problemas e conflitos concernentes às relações dessas populações com seu entorno ambiental, seja ele rural ou urbano.

<sup>7</sup>Essa preocupação com os problemas ambientais locais, no entender de Carvalho (2001), ajuda a estabelecer vínculos de solidariedade e gerar novas reciprocidades entre a escola, a comunidade e a realidade sócio-ambiental que as envolve, “contribuindo para provocar processos de mudanças sociais e culturais, visando sensibilizar a sociedade quanto à crise ambiental e a mudança dos padrões de uso dos bens naturais, produzindo um novo ponto de equilíbrio entre as necessidades sociais e ambientais”.

da preservação do ambiente e da natureza que perpassam/atravessam o jornal Meio Norte, bem como quais as dimensões sociais, culturais e econômicas que se articulam com a educação ambiental. Portanto: de que formas a mídia impressa de Teresina informa (e, portanto, ensina) o público acerca das questões ambientais? O que a mídia impressa de Teresina “diz” sobre educação ambiental, o ambiente e a natureza?

Diariamente estamos acostumados a receber informações de tudo o que se passa ao nosso redor e em todo o mundo. Assistimos anúncios e lemos reportagens, “absorvendo” parte de seus conteúdos – porque eles, de alguma forma, são úteis e fazem sentido para nós. Stuart Hall (1997) afirma que os significados são constantemente produzidos (através de uma grande variedade de meios de comunicação de massa, por tecnologias complexas e numa velocidade nunca vistas nos dias de hoje) e que há um constante intercâmbio em cada interação pessoal e social da qual tomamos parte. Os significados, segundo Hall (1997), também regulam e organizam nossas condutas e práticas – eles “ajudam a estabelecer regras, normas e convenções através das quais é ordenada e governada a vida social”.

Como as reportagens a serem analisadas são assumidas como artefatos culturais, produzidas na (e pela) cultura, convém referir a definição de Hall (1997) sobre cultura como sendo “o terreno real sólido das práticas, representações, línguas e costumes de qualquer sociedade histórica e específica”, bem como “as formas contraditórias de senso comum” que se enraizaram na vida popular e ajudam a moldá-la. Sendo assim (e conforme já exposto anteriormente), os meios de comunicação têm uma importância muito grande na formação de nossos entendimentos sobre as coisas do mundo, sobre nós mesmos, as outras pessoas e o ambiente.

Há uma grande variedade de significados compondo aquilo que chamamos de “educação ambiental”, produzidos por (e postos em circulação em) muitas instâncias culturais distintas. Poder-se-ia dizer que a educação ambiental é mostrada ora orientada para promover e alcançar mudanças de comportamento individuais e baseada no “conhecer para preservar” (“[a educação ambiental é] um processo permanente em que os indivíduos e a coletividade tomam consciência de seu meio e

adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, as experiências e, também, a vontade capaz de fazê-los atuar, individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente” – UNESCO, 1987); ora como compondo “uma série de ações que requerem responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário” (GUIMARÃES, 2007); ora como uma prática cujo “ênfase interdisciplinar” e a “participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade” seriam imprescindíveis (UNESCO, 1987); ora tida como uma prática que necessitaria “de resultados” e que estaria voltada para a “resolução de problemas concretos do meio ambiente”; ora como uma prática eminentemente preocupada com indicadores de mudança ambiental a curto prazo; ora reduzida a um processo comunitário de “conscientização cidadã” e de incorporação de conteúdos ecológicos (bem como de problemas pontuais) em nossas salas de aula; ora como um processo de “aprendizagem permanente” voltado para “a transformação humana e social e para a preservação ecológica” (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – RIO92); ora crítica, comprometida, “desalienante” (LIMA, 1984), participativa e questionadora do modelo neoliberal de desenvolvimento e de sociedade, etc. Existem, pois, diferentes possibilidades de se pensar a educação ambiental, sendo importante que se analise essa pluralidade de vozes.

## **2.1 – Representações de ambiente e natureza**

Machado e Ripoll (2008) no artigo “Ambiente, natureza e conservação: a convergência de múltiplos olhares” realizaram uma revisão sobre os estudos envolvendo as representações culturais de ambiente e natureza. Nele, os autores afirmam que muitos povos e civilizações, ao longo da história da humanidade, representaram suas idéias e relações com o mundo circundante em inúmeras produções e artefatos culturais. Wortmann (2001), nesse sentido, que comenta sobre as pinturas rupestres que adornam as paredes das cavernas de Lascaux (França), Altamira (Espanha) e os sítios arqueológicos da Tanzânia – todas datadas de cerca de

15 mil anos atrás – e que retratam figuras de bisões, de cavalos, de touros e de homens em situações de caça. Wortmann (op. cit.) afirma que, a essas produções culturais, “poder-se-iam juntar outros tantos artefatos culturais produzidos em épocas mais recentes, mas que incorporam, igualmente, em esculturas, pinturas, músicas, textos poéticos, narrativas em prosa, textos religiosos, textos científicos, e bem mais contemporaneamente nas diversas formas de mídias, representações abundantes de como os grupos humanos têm ligado a natureza à produção de remédios, alimentos e meios de transporte, à obtenção de seu sustento, de lucro, de entretenimento, à busca de companhia, proteção, agasalho e, ainda, à busca de inspiração artística, beleza, poder e conhecimento” (p. 123).

Segundo Grün (1995) citado por Machado e Ripoll (2008), houve – nos séculos XVI e XVII – uma transformação radical da idéia de natureza, bem como uma redefinição da posição ocupada pelos seres humanos no mundo (“fora” da natureza, carregados de conhecê-la para controlá-la e explorá-la como “recurso” através da Ciência). Assim, “não causa muita surpresa o fato de que os livros didáticos escolares, nos dias atuais, continuem a focar o ambiente e a natureza de modo fragmentado, estático, antropocêntrico, sem localização espaço-temporal; também não causa muita surpresa que muitos livros apresentem capítulos inteiros sobre o que ‘nós’, humanos, aproveitamos dos seres vivos” (MACHADO e RIPOLL, 2008).

Segundo Carvalho (2002), “a natureza como domínio do selvagem, ameaçador e esteticamente desagradável, em contraposição à civilização, é a interpretação que está na base do *ethos* moderno antropocêntrico” (p. 40). Para ela, o Renascimento europeu (aproximadamente de 1300 a 1650) instituiu um determinado modelo urbano em contraposição ao modelo medieval, camponês e teocêntrico – e, a partir de então, este último passou a ser designado como *inculto e não-civilizado*.

Inaugura-se, a partir daí, uma grande mudança cultural (a que o filósofo Norbert Elias chamou de *processo civilizatório*) e que foi, segundo Carvalho (2002), “capitaneada por uma aristocracia que, buscando diferenciar-se da nobreza feudal, investia em novos valores culturais e em padrões de comportamento que formariam as bases ideológicas da Modernidade, reivindicando para si um papel civilizatório”.

Nesse sentido, a idéia de “civilização” e de “cultura” (relacionadas a valores como “cultivo”, “polimento”, “aperfeiçoamento”, “progresso”, “razão”) foi construída como o oposto da idéia de “natureza” – e de “selvagem”, “barbárie”, “irracionalidade” e “ignorância”. A autora afirma, ainda, que o processo civilizatório se aplicou “tanto aos costumes sociais quanto ao próprio cultivo de uma subjetividade individual”, já que “o que estava em questão era a domesticação da animalidade”. Assim, segundo a autora, é nesse momento que se dá a construção histórica da natureza como um lugar rústico, não-cultivado, selvagem, obscuro e feio – em oposição à cidade, berço da civilização e da civilidade, das boas maneiras e da sofisticação.

Nos séculos XVI e XVII, ainda segundo Carvalho (citada por Machado e Ripoll, 2008), terra boa e bonita era sinônimo de terra cultivada: “louvava-se o solo que, a duras penas, fora limpo e conquistado ante a mata, os arbustos e as ervas daninhas”, e “a prática de plantar cereais ou vegetais em linha reta não era apenas um modo eficiente de aproveitar espaços, mas também representava um modo agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado”. (p. 41). “Tais representações de ambiente como algo a ser “domado”, “ordenado”, “limpo” e “cultivado”, de certa forma, impregnam – ainda hoje! – algumas propostas pedagógicas tidas como educação ambiental (cultivo de hortas em escolas rurais, por exemplo, ou ações de empresas e organizações não-governamentais na direção da promoção do ecoturismo, do turismo rural, das trilhas ecológicas, do reflorestamento, etc.)” (MACHADO e RIPOLL, 2008).

Machado e Ripoll (2008) – baseados nos trabalhos de Braun (1999; 2001) e Wortmann (2001) – também referem que no Rio Grande do Sul, na metade do século XIX e início do século XX, o ambiente era representado (nos livros voltados à orientação dos professores das escolas da região de colonização alemã do Vale do Rio dos Sinos) como eminentemente “perigoso” ao colono alemão. Além disso, as florestas eram caracterizadas como “inóspitas”, “imensas”, “densas”, “emaranhadas” e “desordenadas”, demandando “uma ação desbravadora” dos imigrantes – e reforçando, assim, o caráter “industrioso”, “destemido”, “bravo” e “ordeiro” do povo alemão. No sentido de organizar a desordem da natureza local, os colonos/colonizadores legitimaram o desmatamento e a jardinagem (consideradas



intervenções proveitosas e necessárias, porque econômicas, lucrativas e embelezadoras, “pois as novas plantações não apenas incluíam espécies necessárias ao sustento desses sujeitos, mas reproduziam paisagens típicas da Europa” (WORTMANN, 2001). Wortmann (op. cit.) também afirma que “se hoje se consideram o desmatamento, as queimadas, a substituição de espécies nativas por exóticas, ou o sacrifício de animais nativos como problemas ambientais, essa não era a visão que circulava na cultura nesses primeiros tempos da colonização” (p. 103-104).

A natureza era classificada, nos séculos XVII e XVIII, segundo sua utilidade para as necessidades humanas. As ervas silvestres eram vistas como “daninhas”, “nocivas”, “inúteis” e “feias” – porque desorganizavam os jardins e as plantações – e aqueles animais considerados nocivos para a agricultura eram capturados e caçados (MACHADO E RIPOLL, 2008). No final do século XVIII, a Grã-Bretanha liderava a produção de carvão (principal combustível das indústrias), alcançando cerca de 10 milhões de toneladas, o que gerou uma enorme quantidade de resíduos. E, “enquanto a nova disciplina do trabalho nas fábricas ia marcando o ritmo de formação da classe operária, as condições de vida no ambiente fabril e nas cidades tornavam-se insuportáveis” (CARVALHO, 2002). As migrações para as cidades desencadearam um processo de pobreza, violência e deterioração ambiental ainda em curso nas sociedades atuais, já que não havia, nas cidades, coleta de lixo, saneamento básico e “os trabalhadores se amontoavam em cortiços e eram submetidos a longas e penosas jornadas de trabalho”, com altíssima propagação de epidemias.

Ao mesmo tempo em que a natureza e o ambiente eram entendidos como recursos e como “coisas” a serem dominadas e utilizadas, surgiam com mais força, na Grã-Bretanha, outros sentimentos de valorização da “natureza selvagem” – isso porque, segundo Carvalho (2002), “é na contraposição à violência social e ambiental do mundo urbano que se afirma a nostalgia da natureza intocada” (p. 46). Desde o século XVII, a pintura de paisagens que representavam a vida no campo tornou-se muito comum e popular na Grã-Bretanha, aliada a um desejo de “harmonia” dos seres humanos com o ambiente ao redor das cidades. Assim, alguns pintores da época, como Henry Peacham, pregavam que “a vida campestre devia ser valorizada como um corretivo moral contra os males da corte e da cidade; pelas propriedades

medicinais de suas plantas; pelas associações cristãs de ervas e flores; e, sobretudo, por sua proclamação da estupenda benevolência do Criador” (CARVALHO, 2002 apud MACHADO e RIPOLL, 2008). Essa retórica da “harmonia da natureza” – e da necessidade de um suposto “retorno” do humano corrompido a essa natureza – é corrente, ainda hoje, em muitos discursos enunciados dentro dos movimentos ecológicos, das mídias em geral e, notadamente, nos livros didáticos de Ciências. Da mesma forma, “a visão da natureza como ideal de perfeição degenerado pela ação humana que se exerce contra a ordem natural” (CARVALHO, 2002) é uma *visão romântica* característica do final do século XVIII e do século XIX. O romantismo – muito mais do que um movimento artístico, mas um evento sociocultural, segundo Carvalho (op. cit.) – surgiu, justamente, como uma reação à Revolução Francesa e às péssimas condições de vida da população pós-Revolução Industrial, consolidando-se na literatura, na pintura, na escultura, na filosofia (com Rousseau, principalmente), etc. Além disso, o romantismo também serviu de inspiração aos movimentos ambientais do início dos anos 1960.

De acordo com Machado e Ripoll (2008), a natureza continua a ser “capturada” e amplamente utilizada pelo capitalismo – seja através da exploração direta, seja através da lógica do consumo (de formas muito sutis e particulares). Os trabalhos de Amaral (1997; 2000), por exemplo, analisam as representações de natureza em peças publicitárias de uma ampla gama de produtos de consumo (cerveja, refrigerante, leite, aparelhos eletro-eletrônicos, cosméticos, roupas, sapatos, pacotes de turismo, etc.) – representações que, segundo ela, “acabam por naturalizar relações de dominação e exploração na sociedade (dos homens em relação às mulheres, dos brancos em relação aos negros e da sociedade em relação à natureza)” (p. 86). Os anúncios publicitários e a mídia de forma mais ampla nos vendem e nos ensinam, hoje, sobre o que comer, o que vestir, o que é felicidade, quais valores e comportamentos são aceitáveis socialmente, etc., bem como participam da construção de nossos entendimentos sobre nós mesmos e as coisas do mundo. E, ao fazerem isso, a publicidade e a mídia algumas vezes legitimam a histórica oposição entre ciência/cultura e natureza, bem como a noção de indivíduo autônomo e racional, desvinculado da natureza.

Amaral (2004) afirma que a construção de nossas identidades e subjetividades, bem como das nossas relações de aprendizagem com o mundo social e natural, se dão, cada vez mais, para além dos muros escolares. Assim, um dos objetivos desse trabalho é, sem dúvida, fornecer outros olhares para aquilo que, cotidiana e rotineiramente, lemos nas páginas dos jornais sobre a seca, os desmatamentos, as queimadas, a falta de saneamento básico, o desmatamento, etc.

As representações de natureza produzidas pela mídia, bem como aquelas transmitidas pelo currículo escolar (sob todas as suas formas, tais como os livros didáticos, as programações, a organização do espaço-tempo na sala de aula e as próprias disciplinas escolares), perpetuam e ao mesmo tempo atualizam o paradigma da ciência moderna – que traz, em seu centro, a separação cultura/natureza (AMARAL, 2004, p. 145). De acordo com Amaral (op. cit.) o olhar sobre a natureza construído através das representações hegemônicas de natureza que habitam os livros didáticos, as revistas científicas e os meios de comunicação de massa continuam a construir uma natureza como “o diferente”, o “exótico”, como o oposto da cultura. Segundo essa mesma autora, o movimento de desconstrução/reconstrução da nossa relação com a natureza, enquanto indivíduos e coletividade, implica, entre outras coisas, em poder olhar com um certo estranhamento para aquelas representações naturalizadas em nossa sociedade que limitam, organizam e disciplinam aquilo que sabemos sobre o mundo.

A reportagem “Água é disputada por moradores do sertão”, do dia 3 de outubro de 2007, publicada na seção Política, nos coloca a situação pela qual passam os moradores do sertão nordestino por ocasião da seca que ocorre na região de tempos em tempos. A palavra-chave que orienta a leitura é “Sofrimento”, um pouco antes do lead<sup>1</sup>: “As pessoas começam a chegar às 5h30 à cacimba, mas não podem pegar imediatamente a água porque o poço é cercado com varas de madeira retiradas das árvores secas pelo sol e tem um cadeado para protegê-lo”. A outra reportagem, intitulada “Seca se agrava no Piauí e começa a distribuição de água”, tem como palavra-chave e lead: “Preocupante: as previsões dos meteorologistas são de que as

---

<sup>8</sup> O *lead* é o primeiro parágrafo que inicia toda reportagem. Segundo Ripoll (2005), “um ‘bom’ *lead* prende a atenção do leitor em potencial desde a primeira linha e faz com que esse efetivamente leia (e, nesse sentido, ‘compre’) o seu conteúdo” (p. 2).

chuvas comecem somente na segunda quinzena de fevereiro até o mês de abril”. As duas reportagens estão inseridas abaixo:

**MEIO NORTE** QUARTA-FEIRA

**Política**  
COORDENADOR: GILSON A. ROCHA - politicanor@meionorte.com

**SOFRIMENTO** As pessoas começam a chegar às 5h30 à cabana, mas não podem pegar imediatamente a água porque o tempo é cercado com varas de madeira retróscas das árvores secas sob o sol e um jumento carregado para protuberâncias de água.

**Água é disputada por moradores do sertão**

**Stem Ribeiro**  
A seca está se agravando no interior do Piauí, atingindo 127 municípios do semiárido, e por causa disso a Secretaria Nacional de Defesa Civil já decretou estado de emergência em algumas áreas do Nordeste. O diretor da Comissão de Defesa Civil do Piauí, Ernando Cardoso, informou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil levou nota para 146 municípios que terão o lançamento de água por caminhões para prevenção e divulgação sobre os riscos das condições hidrológicas. Ele disse que hoje são 77 municípios com situação de emergência decretada no abastecimento de água e prevê da falta agrícola.

**TRISTE REALIDADE**  
Moradores usam jumentos para carregar água para beber ou para irrigar suas lavouras. A seca está se agravando no interior do Piauí, atingindo 127 municípios do semiárido, e por causa disso a Secretaria Nacional de Defesa Civil já decretou estado de emergência em algumas áreas do Nordeste. O diretor da Comissão de Defesa Civil do Piauí, Ernando Cardoso, informou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil levou nota para 146 municípios que terão o lançamento de água por caminhões para prevenção e divulgação sobre os riscos das condições hidrológicas. Ele disse que hoje são 77 municípios com situação de emergência decretada no abastecimento de água e prevê da falta agrícola.

**POBREZA**  
Na localidade São Antônio, em São Patrício do Açu, o pequeno açude seco e o solo árido agrava a situação de grandes famílias de terra.

**PREFATO**  
A seca está se agravando no interior do Piauí, atingindo 127 municípios do semiárido, e por causa disso a Secretaria Nacional de Defesa Civil já decretou estado de emergência em algumas áreas do Nordeste. O diretor da Comissão de Defesa Civil do Piauí, Ernando Cardoso, informou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil levou nota para 146 municípios que terão o lançamento de água por caminhões para prevenção e divulgação sobre os riscos das condições hidrológicas. Ele disse que hoje são 77 municípios com situação de emergência decretada no abastecimento de água e prevê da falta agrícola.

**MEIO NORTE** QUARTA-FEIRA

**município**

**PREOCUPANTE** As previsões dos meteorologistas são de que as chuvas comecem somente na segunda quinzena de fevereiro até o mês de abril.

**Seca se agrava no Piauí e começa a distribuição de água**

**Stem Ribeiro**  
A seca está se agravando no interior do Piauí, atingindo 127 municípios do semiárido, e por causa disso a Secretaria Nacional de Defesa Civil já decretou estado de emergência em algumas áreas do Nordeste. O diretor da Comissão de Defesa Civil do Piauí, Ernando Cardoso, informou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil levou nota para 146 municípios que terão o lançamento de água por caminhões para prevenção e divulgação sobre os riscos das condições hidrológicas. Ele disse que hoje são 77 municípios com situação de emergência decretada no abastecimento de água e prevê da falta agrícola.

**ORIENTAÇÃO**  
Oito o agravamento da seca no Piauí, segundo o relatório do Estado do Nordeste, que os técnicos promovem reuniões com os agricultores.

**CALAMIDADE**  
Moradores usam jumentos para carregar água para beber ou para irrigar suas lavouras. A seca está se agravando no interior do Piauí, atingindo 127 municípios do semiárido, e por causa disso a Secretaria Nacional de Defesa Civil já decretou estado de emergência em algumas áreas do Nordeste. O diretor da Comissão de Defesa Civil do Piauí, Ernando Cardoso, informou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil levou nota para 146 municípios que terão o lançamento de água por caminhões para prevenção e divulgação sobre os riscos das condições hidrológicas. Ele disse que hoje são 77 municípios com situação de emergência decretada no abastecimento de água e prevê da falta agrícola.

**PREFATO**  
A seca está se agravando no interior do Piauí, atingindo 127 municípios do semiárido, e por causa disso a Secretaria Nacional de Defesa Civil já decretou estado de emergência em algumas áreas do Nordeste. O diretor da Comissão de Defesa Civil do Piauí, Ernando Cardoso, informou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil levou nota para 146 municípios que terão o lançamento de água por caminhões para prevenção e divulgação sobre os riscos das condições hidrológicas. Ele disse que hoje são 77 municípios com situação de emergência decretada no abastecimento de água e prevê da falta agrícola.

Salta aos olhos o grande número de reportagens que abordam a temática da seca, uma vez que, no ano de 2007, tivemos um período sem chuvas prolongado (em torno de 8 meses), de março a outubro, com consequências naturais e sociais sérias. Mas, pergunto: como o ambiente, nessas reportagens, está sendo representado? Como o jornal se apresenta, nesse contexto?

O ambiente é mostrado como “fonte” de sofrimento para pessoas e animais, como “o outro” da civilização, como algo que causa transtorno e dor para a população em geral e, em especial, para as mulheres:

Maria Hercília da Silva Carvalho, de 61 anos, chega em um jumento carregado de barril e vasilhames de água vazios para enchê-los em um poço de água de um metro e meio de altura e dois metros de profundidade. Ela coloca muita força para conseguir levar o barril com 20 litros de água e os vasilhames de plástico para fora do poço. Para chegar naquela fonte de água, Maria Hercília percorreu mais de dois quilômetros e depois que carrega o

jumento ainda leva um vasilhame na cabeça. “Só Deus sabe o quanto a gente sofre para conseguir água nessa seca. Não temos água para beber ou lavar os pratos e dar para os animais. Quando termina o dia meu corpo fica cheio de dores”, conta Maria Hercília, que diz ser uma tarefa das mulheres percorrer vários quilômetros à procura de água para a casa, no caso dela, onde moram cinco pessoas, porque os homens estão preparando as lavouras para caso caiam chuvas fazer o plantio de culturas de subsistência como milho, feijão e mandioca. (JORNAL MEIO NORTE, 3 de outubro de 2007)

A seca no Nordeste brasileiro é um fenômeno caracterizado pelo atraso na precipitação de chuvas ou de sua distribuição irregular, que acaba prejudicando o crescimento e o desenvolvimento das plantações agrícolas, podendo ser de curta ou de longa duração. E quanto mais longa, piores são as consequências. Na região Nordeste existe um desequilíbrio hídrico, ou seja, a precipitação é 4 vezes menor que a evapotranspiração (perda de água). A região mais atingida pela seca é o semi-árido nordestino, ecossistema esse de alta biodiversidade, entretanto pouquíssimo estudado.

O problema, digamos assim, não é novo, e nem exclusivo do nordeste brasileiro. Ocorre com frequência, apresenta uma relativa periodicidade e pode ser previsto com certa antecedência. A seca incide no Brasil, assim como pode atingir a África, a Ásia, a Austrália e a América do Norte. No Nordeste, de acordo com registros históricos, o fenômeno aparece com intervalos próximos a dez anos, podendo se prolongar por períodos de três, quatro, e, excepcionalmente, até cinco anos. As secas são conhecidas, no Brasil, desde o século XVI, manifestando-se com intensidades diferentes. Quando há uma deficiência acentuada na quantidade de chuvas no ano, inferior ao mínimo do que necessitam as plantas, a seca é absoluta. Em outros casos, quando as chuvas são suficientes apenas para cobrir de folhas a caatinga e acumular um pouco de água nos barreiros e açudes, mas não permitem o desenvolvimento normal dos plantios agrícolas, dá-se a chamada “seca verde” (ANDRADE, s/d).

Para Andrade (s/d), a seca é o resultado da interação de vários fatores, alguns externos à região (como o processo de circulação dos ventos e as correntes marinhas, que se relacionam com o movimento atmosférico, impedindo a formação de chuvas em determinados locais), e de outros internos (como a vegetação pouco robusta, a

topografia e a alta refletividade do solo). Mas é importante ressaltar que, ao longo do tempo, muitas têm sido as causas apontadas, tais como o desflorestamento, a temperatura da região, a quantidade de chuvas, o fenômeno El-Niño (que consiste no aumento de temperatura das águas do Oceano Pacífico), o relevo topográfico e, até, as manchas solares, dentre outras. Os problemas que sucedem as secas resultam de falhas no processo de ocupação e de utilização dos solos e da manutenção de uma estrutura social profundamente concentradora e injusta, mas essas não são as preocupações do jornal – pelo menos, não aparentemente: em certa medida, o jornal Meio Norte está muito mais preocupado em mostrar aquilo que ele próprio chama de “triste realidade” e, também, de “calamidade” (logo abaixo das imagens de jumentos levando água em tambores e às de mulheres com baldes de água na cabeça).

Para Andrade (s/d), a questão da seca não se resume à falta de água: a rigor, não falta água no Nordeste – faltam soluções para resolver a sua má distribuição e as dificuldades de seu aproveitamento. É “necessário desmistificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a União... desmistificar a idéia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam na região, como se esses elementos estivessem presentes só aí” (ANDRADE, s/d, p. 7).

Mas, para Albuquerque Júnior (1999; 2001), tanto o Nordeste quanto a seca são construções culturais – quando da criação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, em 1919, o Nordeste surge, no discurso institucional, “como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal” (p. 141). Segundo ele, “o Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área” (p. 141-142). E mais: “é a seca que chama atenção dos veículos de comunicação, especialmente dos jornais do Sul do país, para a existência do Norte e de seus “problemas”. Ela é, sem dúvida, o primeiro traço definidor do Norte e o que o diferencia do Sul (...) As primeiras imagens do Norte para a maioria dos sulistas eram aquelas trazidas pelos jornais sobre o seu “flagelo” e suas vítimas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 142). Mais adiante, à página 144, o referido autor (op. cit.) – historiador que argumenta em favor de um

entendimento construcionista/invencionista do Nordeste e de seus múltiplos estereótipos, costumes, tradições, etc. – afirma que “a seca de 1877-1879, a primeira a ter grande repercussão nacional pela imprensa e a atingir setores médios dos proprietários de terra, trouxe um volume considerável de recursos para as “vítimas do flagelo” e fez com que as bancadas “nortistas”, no Parlamento, descobrissem a poderosa arma que tinham nas mãos, para reclamar tratamento igual ao dado ao Sul” (p. 144). A seca torna-se a partir daí, segundo Albuquerque Júnior (2001), o problema de todas as províncias e, depois, dos Estados do Norte: “as bancadas nortistas conseguem incluir, já na Constituição de 1891, o artigo 5, que obrigava a União a destinar verbas especiais para o socorro de áreas, vítimas de flagelos naturais, incluindo aí as secas. Esta institucionalização das secas consegue, progressivamente, abrir maiores espaços no aparelho de Estado para os grupos dominantes do Norte” (p. 144). Em “A invenção do Nordeste”, o autor afirma que devemos pensar – tanto o Nordeste quanto a seca – como construções históricas “em que se cruzaram diversas temporalidades e espacialidades”, como cristalizações de estereótipos que são “operativos, positivos, que instituem uma verdade que se impõe de tal forma que oblitera a multiplicidade das imagens e das falas regionais, em nome de um feixe limitado de imagens e falas-clichês, que são repetidas *ad nauseum*, seja pelos meios de comunicação, pelas artes, seja pelos próprios habitantes de outras áreas do país e da própria região” (p. 343).

Outra reportagem bastante emblemática se referindo à falta de chuvas na região (na qual o jornal responsabiliza os governos dos próprios municípios pela situação de calamidade pelo qual passam as populações) é a intitulada “Municípios atingidos pela seca não regularizam documentos na Defesa”, de abril de 2007, publicada na seção “Município”, com a alegação de falta de documentação apresentada pelos mesmos junto à Defesa Civil. Diz o texto da reportagem:

Por conta da longa estiagem, 137 municípios decretaram estado de emergência no Piauí, mas 20 prefeituras ainda não regularizaram sua documentação junto a Secretaria Estadual de Defesa Civil. Enquanto isso, a previsão é de que na próxima semana os municípios que estão sem documentação regular comecem a ser atendidos através de abastecimento de carros-pipa. O principal motivo do atraso das prefeituras municipais no processo de regularização dos documentos é relacionado a “imperfeições no

decreto, com informações incompletas ou erros na avaliação de danos que é feito no local das perdas”. O assessor técnico da Defesa Civil explica que é comum os municípios demorarem com a correção dos dados solicitados pela Defesa para o envio de carros-pipa, cestas básicas e outros atendimentos aos piauienses atingidos pela seca. Por conta disso o processo fica parado. Ele acrescenta que a Defesa Civil também tem orientado as prefeituras municipais na elaboração dos documentos necessários para receberem ajuda da Secretaria Nacional de Defesa Civil. O prejuízo na safra chega a 90% em algumas cidades. (JORNAL MEIO NORTE, 10 de abril de 2007).

A seca é tratada na reportagem de forma eminentemente burocrática, documental: sem determinados documentos, os municípios não receberiam ajuda dos órgãos estaduais, na forma de carros-pipa e cestas básicas. Assim, em nome da busca pela objetividade (como é o caso da explicação da miséria do semi-árido pela seca), a racionalidade moderna acabou renegando a complexidade dos fenômenos, firmando-se assim uma visão dualista e mecânica do mundo e da natureza. O jornal nos coloca uma situação em que, a olho nu, não podemos fazer nada (já que a miséria, a fome e a falta de água seriam resultantes somente das condições “naturais” daquele ambiente). Tudo nos parece ser explicado do ponto de vista natural, climatológico, científico e, por fim, burocrático (“Ele [o assessor técnico da Defesa Civil do Piauí] alerta que alguns municípios já tiveram seus decretos vencidos, e explica: ‘Tem algumas cidades que há muito tempo pedimos que fosse feita a correção, mas nunca apareceram. Enquanto tiver alguma informação incorreta, não podemos providenciar os encaminhamentos necessários para enviar ajuda’ ”).

Outro exemplo daquilo que estamos considerando ser a produção midiática de representações de natureza e de ambiente é o caso da Serra Vermelha, uma área no sul do Piauí com cerca de 120.000 hectares onde se encontram três importantes biomas: a Mata Atlântica, o Cerrado e a Caatinga. Ela é considerada pelos ecólogos uma floresta relictual, ou seja, uma área com remanescentes de florestas muito antigas. A Serra Vermelha estaria “ameaçada” por um projeto chamado “Energia Verde”, da empresa carioca J.B. Carbon, autorizado ilegalmente pelo IBAMA no Piauí no ano de 2006, atualmente paralisado, e que pretende, através de um “plano de manejo”: realizar o corte raso de 77.000 hectares da vegetação nativa primária, transformando-a em carvão vegetal para alimentar os fornos das siderúrgicas de Minas Gerais.



Na reportagem intitulada: “O Piauí tem o maior projeto de Manejo Florestal do Brasil”, publicada na seção “Cidades” do dia 12 de janeiro de 2007, expõe-se o projeto “Energia Verde”:

A técnica [de manejo] consiste em aproveitar racionalmente o uso da floresta para a produção de carvão vegetal, através do corte de árvores, onde a planta não é arrancada pela raiz. Pelo menos 30 cm do seu caule é preservado, possibilitando que ela rebrote. (...) O manejo florestal explora a potencialidade de uma área florestal, minimizando o impacto ambiental. De forma planejada, permite a exploração de riquezas, como é o caso da produção de carvão vegetal, sem o desmatamento, como ocorre nos grandes projetos de soja, onde a mata nativa é substituída completamente. No projeto “Energia Verde”, como é chamado, todo um estudo foi elaborado através de técnicos do IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente. (...) O projeto de manejo florestal da Serra Vermelha é um investimento de um grupo carioca que atualmente emprega cerca de 500 pessoas com carteira assinada. Segundo o empresário Alessandro Fernandes, até o fim de 2007, quando o projeto estiver implantado em sua totalidade, serão gerados 1.700 empregos diretos e outros mil indiretos. (JORNAL MEIO NORTE, 12 de janeiro de 2007).

**ESTRADAS - O GOVERNO FEDERAL VAI LIBERAR RECURSOS PARA RECUPERAÇÃO**

**Cidades**

TERESINA, 12 DE JANEIRO DE 2007

**INFORME PUBLICITÁRIO** Cerca de 77 mil hectares de terras, ao Sul do Piauí aos poucos se transformando no maior projeto de manejo florestal do Brasil

## Piauí tem o maior projeto de Manejo Florestal do Brasil

**EMPREGO** O projeto de manejo florestal da Serra Vermelha é um investimento que emprega cerca de 500 pessoas com carteira assinada

**EMPREGO** O projeto de manejo florestal da Serra Vermelha é um investimento que emprega cerca de 500 pessoas com carteira assinada

Segundo o empresário Alessandro Fernandes, até o fim de 2007, quando o projeto estiver implantado em sua totalidade, serão gerados 1.700 empregos diretos e outros mil indiretos.

**EMPREGO** O projeto de manejo florestal da Serra Vermelha é um investimento que emprega cerca de 500 pessoas com carteira assinada

### Ministério do Meio Ambiente incentiva o Manejo da Floresta

**D**entro do Ministério do Meio Ambiente que acompanha o projeto “Energia Verde” a intenção de trabalhar com o manejo está na “possibilidade de se criar uma alternativa de desenvolvimento sustentável, trabalhando a natureza sem destruí-la” e acrescenta que o projeto da Serra Vermelha “é o maior plano de manejo dentro do Nordeste com potencial de produção para ser o maior do Brasil”.

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas, existem hoje cerca de 500 projetos de manejo florestal em andamento no Estado. No Piauí, o IBAMA já autorizou pelo menos 50 pequenos projetos de manejo florestal.

Segundo Francisco Campelo, técnico do Ministério do Meio Ambiente, toda a vegetação nativa seria destruída. Conhecemos eles que o manejo florestal também pode ser uma alternativa ecológica e economicamente observada.

Durante sua visita ao Piauí em novembro do ano passado, a ministra Marina Silva, que esteve em Gilbués, lançou um plano de combate à desertificação em sua fala defendeu como política de governo a “implementação de projetos que explorem a natureza de forma sustentável”. Silva é uma das defensoras da corrente que vê no manejo florestal uma das soluções mais eficazes para minimizar o impacto ambiental com relação ao desmatamento.



**TÉCNICO**  
Francisco Campelo, representante do Ministério do Meio Ambiente, que apóia o Projeto

A reportagem “Ministério do Meio Ambiente incentiva o Manejo da Floresta” também considera o projeto da Serra Vermelha como “o maior plano de manejo dentro do Nordeste, com potencial de produção para ser o maior do Brasil”. Em ambas, a natureza é representada como algo que pode ser controlado e – melhor: como algo que pode (e deve) ser manejado. A natureza, aqui, também é mostrada como uma “riqueza”, como “progresso”, como “fonte de empregos”. Segundo Carvalho (2004), “é possível observar na sociedade setores que se relacionam com o mundo natural, reduzindo-o a uma força motriz ou matéria prima a ser explorada, conforme um ideal de desenvolvimento e progresso”. A autora afirma ainda que “grupos com poder econômico, além da dominação da natureza, preconizam sua apropriação como estoque de recursos, de energia ou de informações (genéticas por exemplo), a serviço do desenvolvimento econômico. Para tais grupos, o ambiente tende a ser arena de competição e administração de recursos, onde o ser humano reina como sujeito de uma razão instrumental, acreditando-se senhor de si mesmo e dos destinos do planeta” (CARVALHO 2004 p.105).

O jornal polemiza o fato de que 77 mil hectares de floresta seriam cortadas com a finalidade de produzir carvão (“riqueza”, como diz a reportagem), para os fornos das siderúrgicas da região sudeste do país; o jornal também constroi a noção de natureza utilitária, de natureza como matéria-prima a ser explorada conforme os ideais de desenvolvimento e de progresso – e, numa sociedade de consumo como a nossa, fundada num padrão de acumulação, uma empresa que já ofereceu mais de 500 empregos (num Estado carente de oportunidades de trabalho, principalmente no meio rural) e que promete outros mil é, geralmente, mostrada como muito bem-vista.

De acordo com Douglas Kellner (2001), há uma cultura veiculada pela mídia, cujas imagens, sons e espetáculos ajudaram a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, fornecendo o material com suas pessoas forjam sua identidade, e contra seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de nós e eles. Ainda segundo o mesmo autor (op. cit.), a mídia ajuda a modelar a visão prevalecente do mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. Segundo Kellner, as narrativas e as imagens veiculadas pela mídia favorecem os símbolos, os mitos e os recursos que

ajudam a construir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje, fornecendo materiais que criam as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades, ao mesmo tempo em que ajudam a conformar nossa visão do mundo, a influenciar a opinião pública, a formar valores e comportamentos, sendo, portanto, um importante fórum de poder e da luta social. E, falando especificamente do jornalismo, Schmidt (1999) afirma que, ao folharmos as páginas dos jornais, somos interpelados por representações que se apresentam como mais “corretas” de ver o mundo e suas relações.

A partir das análises das reportagens, percebe-se a natureza emergindo como um sistema autônomo, nos impedindo de compreender o meio ambiente de modo mais complexo. A floresta precisa ser “manejada” para ser aproveitada economicamente na produção de carvão vegetal através do corte da mesma, embora haja – na mesma reportagem – a condenação dos grandes projetos de soja, onde a mata nativa é substituída completamente. Também é mencionado, nas reportagens anteriormente mencionadas, que o Projeto “Energia Verde” incentiva vários moradores da região a deixarem o hábito da caça e das queimadas para se tornarem parceiros do projeto na fabricação de tijolos para a construção de fornos (os mesmos que serão utilizados pela empresa na fabricação do carvão vegetal!). Para a bióloga do projeto, especialista chamada pela reportagem para validá-la junto ao público leitor, “ele [o Projeto “Energia Verde”] é uma das melhores alternativas de se conviver com o meio ambiente sem agredi-lo”. Schmidt (1999), em sua dissertação de mestrado, nos diz que é preciso ter cuidado com a forma como a mídia torna “naturais” certas representações ou concepções, pois quando as coisas são ditas “naturais” elas se tornam praticamente indiscutíveis. Segundo essa mesma autora, baseada nos escritos de Giroux sobre a cultura da mídia, precisamos estar atentos sobre para quem estão sendo produzidas determinadas representações e as quais interesses estas representações estão servindo, e ainda, nos diz que qualquer narrativa está comprometida com um ponto de vista, com uma determinada forma de perceber as relações.

No ano de 2007 foram muitas as reportagens sobre o que se configurou chamar de “a problemática de Serra Vermelha”; em algumas delas, logo no início, o projeto de manejo era tido como um grande empreendimento para o Piauí, como nos

informa a manchete do dia 12 de janeiro de 2007, “Piauí tem o maior projeto de manejo Florestal do Brasil”. No decorrer da reportagem, a seguinte manchete, “Ministério do Meio Ambiente incentiva o Manejo da Floresta”, mostra uma clara demonstração de que os órgãos públicos (inclusive o IBAMA) são favoráveis ao manejo, quando o seu próprio superintendente nos diz que “o plano de manejo é uma das melhores alternativas para garantir o desenvolvimento sustentável”, e que “é uma tendência do Ministério do Meio Ambiente aprovar mais e mais projetos de manejo florestal”.

Ao lermos essas reportagens, ficamos com a impressão de que o projeto é indiscutivelmente necessário para a região, e que a ordem natural da floresta seria o “manejo”, para não dizer o corte. A reportagem não nos informa sobre as conseqüências – mas enfatiza o fator econômico, a quantidade de carteiras assinadas, para a população. Os seres humanos não são percebidos dentro da natureza ou, ainda, fazendo parte dela. Penso que, para compreendermos melhor os problemas ambientais, ou mesmo o que acontece com a natureza, e para a população ser mais bem informada, seria necessário ir além de conhecer os mecanismos naturais de funcionamento, mas revincular as questões ambientais ao agir humano que as originou, evidenciando os sentidos culturais e políticos em ação nos processos de interação sociedade-natureza.

Em algumas reportagens sobre a Serra Vermelha, ela é mostrada como algo a ser dominado, portanto, como nos diz Grun (2006), se os seres humanos pretendem dominá-la, deve se situar fora dela (entendida, então, como um sistema autônomo). Assim, segundo este mesmo autor, Descartes consegue legitimar a unidade da razão às custas da objetificação da natureza, e é na base desta cisão radical entre sujeito e objeto que se pautará todo o conhecimento científico subjacente, passando a natureza a ser um objeto passivo a espera do corte analítico, podendo ser considerada, nesta visão, como uma das principais causas a engendrar o antropocentrismo<sup>1</sup>.

Chama a atenção, na Editoria Meio Ambiente, a disposição peculiar de duas reportagens que apresentam entendimentos praticamente opostos acerca do ambiente e da natureza: a reportagem intitulada “Estudos sobre Serra Vermelha em fase de

---

<sup>9</sup> Segundo Grün (2006), “em uma postura antropocêntrica, o Homem é considerado o centro de tudo, e todas as coisas no universo existem única e exclusivamente em função dele. O antropocentrismo é um mito de extrema importância para a manutenção da crise ecológica” (p. 44).

conclusão” foi colocada ao lado da reportagem “Algodão – Wellington participa de um dia do campo nos Cerrados” (Jornal Meio Norte, 14 de agosto de 2007). Enquanto a primeira reportagem, mais à direita, enfatiza a necessidade de criação de uma nova unidade de conservação no Piauí (na região da Serra Vermelha), a reportagem mais à esquerda pretende noticiar o “III Dia de Campo do Algodão”, promovido por produtores piauienses do Cerrado, para “mostrar o Piauí como um importante celeiro agrícola e tentar sensibilizar as autoridades políticas na busca de mais investimentos em infra-estrutura na região”:

▶ MEIO AMBIENTE Dezenas de fotografias recentes foram mostradas por Wigold Shaffer para confirmar as peculiaridades da região e ressaltar a necessidade de criação de uma unidade de conservação

## Estudos sobre Serra Vermelha em fase de conclusão

▼ ALGODÃO

### Wellington participa de um dia do campo nos Cerrados

Como forma de mostrar o Piauí como um importante celeiro agrícola e tentar sensibilizar as autoridades políticas na busca de mais investimentos em infra-estrutura para a região, os produtores dos Cerrados piauienses promoveram, na manhã de ontem, o III Dia de Campo do Algodão.

O evento que aconteceu na Fazenda Nova, município de Santa Filomena, contou com a presença do governador Wellington Dias, que estava acompanhado do vice-governador Wilson Martins; do prefeito da cidade de Santa Filomena, Ernani Maia; do diretor-geral do Emater, Francisco Guedes; e de outras lideranças políticas, que com o governador, somam esforços, para, junto ao Governo Federal, lutar pelas principais reivindicações dos empreendedores para verem o Piauí como o principal celeiro agrícola brasileiro.

Além das autoridades políticas, o III Dia de Campo contou com a presença de estudantes de municípios circun-

zinhos e de populares que visitaram os campos de plantações de algodão e conheceram como é feito todo o processo de beneficiamento, pronto para ser utilizado na indústria têxtil e outros seguimentos. “Nosso maior objetivo com isto é mostrar para o governo que o negócio é viável para o Estado e como ele já vem se mostrando favorável pode ser que a partir de agora vamos conseguir ainda mais com ele, estrada e energia”, disse Fábio Pereira Júnior, um dos maiores produtores de algodão dos Cerrados e presidente da Associação dos Produtores da Região.

Para Fábio Pereira, a exemplo de outros cultivadores de algodão nos Cerrados, embora tenha começado a cultivar o produto como uma experiência, neste quarto ano de colheita o plantio já está consolidado com uma qualidade que o mercado inteiro quer. “No quarto ano, com todas as dificuldades que enfrentamos, concluímos que o Piauí é o lugar certo para a produção de algodão.

Em apenas dois meses devem ser concluídos os estudos na região da Serra Vermelha para a criação de um novo Parque Ambiental no Piauí. O anúncio foi feito pelo coordenador do Núcleo Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente, Wigold B. Shaffer, na manhã de ontem, durante a reunião da Comissão Permanente do Meio Ambiente da Câmara Federal.

Na reunião, presidida pelo deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), estiveram reunidos o superintendente do Ibama no Piauí, Romildo Macedo, Mafra; o chefe da Divisão de Controle e Fiscalização da Superintendência do Ibama, Carlos Antônio Moura Fê; o diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama, Antônio Carlos Hummel; o presidente da Fundação Rio Parnaíba (Furpa/PI), Francisco Soares; o presidente da JB Carbon, João Batista Fernandes; o pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco Sérgio Tavares; e o presidente da Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos.

Todos viram, por meio de apresentação de slides, Wigold B. Shaffer afirmar que o Ministério do Meio Ambiente está estudando a região com o apoio do Instituto Chico Mendes e do Ibama. Dezenas de fotografias recentes foram mostradas por Shaffer para confirmar as peculiaridades da região e ressaltar a necessidade de criação de uma unidade de conservação.

Além disso, Shaffer garantiu que há plenas condições da população local ter incremento econômico com a atividade do eco-turismo e vendendo aos turistas produtos de artesanato, mel, farinha e outros alimentos.

“No caso uma ampliação do Parque da Serra das Confusões, elaborada preliminarmente pelo próprio Ibama, o estudo está sendo complementado em função de demandas de outras instituições. Está sendo feita, inclusive, a análise de possibilidade de criação de um Parque Nacional na própria Serra Vermelha, como sugere uma moção do Conama, de março de 2006”, comentou.

Shaffer alegou ainda que a área é considerada de extrema importância ecológica e que em algumas áreas são insuficientemente conhecidas, mas reconhecidas por decreto federal de 2004. “Os aspectos cênico e geológico são

impressionantes e condizem com a condição de criação do parque. Temos ali uma grande diversidade de ambiente e o encontro de ecossistemas, com vegetação de Cerrado, de caatinga, de floresta estacional decidual, classificado pelo IBGE, que é o órgão oficial que classifica vegetação no Brasil. Está na Lei e o Ministério e o Ibama tem que cumprir a lei, obrigatoriamente”, ressaltou.

O coordenador alertou também sobre a proximidade da região de desertificação de Gilbués. “Já existe ali perto outras localidades com indícios de início de desertificação e isso pode chegar até a Serra Vermelha”, frisou.

Fernando Gabeira (C) juntamente com convidados da audiência pública sobre a produção de carvão no Piauí

DISCUSSÃO

TERESINA

Prioridade na decisão técnica

Assim, enquanto uma reportagem mostra a Serra Vermelha como “uma grande diversidade de ambientes e o encontro de ecossistemas, com vegetação de Cerrado, de Caatinga, de Floresta Estacional Decidual”, bem como enfatiza o perigo do processo de desertificação (devido ao garimpo de Gilbués) chegar até ela, a outra reportagem quer mostrar que o Cerrado do Piauí “é o lugar certo para a produção de algodão”. A natureza, neste exemplo, é representada como coisa a ser “cuidada”, preservada a todo custo; como algo a ser devidamente manejado; como “riqueza”

(tanto natural quanto turística, social); como algo que está “no caminho” das monoculturas e do progresso da região, etc.

Já a reportagem “Serra Vermelha conciliará natureza e desenvolvimento”, que integra a editoria de Política, nos passa uma idéia bastante clara da autoridade dos seres humanos frente aos sistemas naturais, de um processo de inculcação ideológica (por meio de liberação de recursos, divulgação na mídia) de um meio ambiente apenas em sua concepção biofísica, para a preservação de uma espécie de fauna e flora, ou de qualquer um de seus elementos, não existindo inter-relações com os eixos sociocultural, político e econômico:

PARQUE | Criação do Parque Nacional da Serra Vermelha foi proposta durante a reunião por todos os diretores do Ministério do Meio Ambiente, apesar da resistência inicial do governador Wellington Dias

## Serra Vermelha conciliará natureza e desenvolvimento

**Éfrém Ribeiro**  
COPACABANA

Após reunião de cinco horas com 16 técnicos do Ministério do Meio Ambiente, no Palácio do Karnack, o governador Wellington Dias (PT) decidiu aceitar a criação do Parque Nacional da Serra Vermelha, mas não em toda a área dos 700 mil hectares. Wellington Dias afirmou que ficou acertado que será estruturada também uma Área de Proteção Ambiental e de geração de emprego e renda com desenvolvimento autossustentado.

A criação do Parque Nacional da Serra Vermelha foi proposta durante a reunião por todos os diretores do Ministério do Meio Ambiente, apesar da resistência inicial do governador Wellington Dias.

Ficou acordado que o Governo Federal vai implantar o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, de 300 mil hectares. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, telefonou para o governador Wellington Dias informando que serão liberados os recursos necessários para a implantação do Parque Nacional das Nascentes, que fica nas divisas do Piauí, Maranhão, Roraima e Tocantins.

Serão liberados R\$ 4,6 milhões de recursos para a compensação ambiental pelo Ministério da Infra-Estrutura e R\$ 1,6 milhão pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba).

Sobre o Parque das Nascentes, nos tivemos notícias boas. De um lado, o projeto ficou pronto, eu tratei da questão com o presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) e com o ministro Mares Guia (Relações Institucionais). O senador João Vicente esteve comigo defendendo a liberação dos recursos. Tratamos com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e com a ministra Marina Silva, e a Câmara de Compensação vai tratar desse tema em reunião ainda no mês de outubro”, falou Wellington Dias.

Segundo o governador, a meta é trabalhar a implantação do Parque Nacional das Nascentes junto com a instalação do Parque Nacional Serra das Confusões e da Estação Ecológica de Uruaçu-Una e a APA Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, além de mais investimentos nos Parques de Sete Cidades e Serra do Capivara.



**AUTORIDADES**  
Governador Wellington Dias comandou as discussões sobre a criação do Parque Nacional da Serra Vermelha

**DETALHES**  
Ficou acordado que o Governo Federal vai implantar o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, de 300 mil hectares

recursos necessários para a implantação do Parque Nacional das Nascentes, que fica nas divisas do Piauí, Maranhão, Roraima e Tocantins.

Serão liberados R\$ 4,6 milhões de recursos para a compensação ambiental pelo Ministério da Infra-Estrutura

OAB apresenta documento com problemas do Judiciário

Ordem dos Advogados do Brasil entregou ontem documento com as principais dificuldades que os advogados enfrentam no Piauí para o Tribunal de Justiça. O presidente da OAB no Piauí, Norberto Campelo, afirmou não poder adiantar dados mais exatos do relatório, mas disse que os principais problemas atualmente estão na esfera estrutural e defendeu ainda mais verbas para o Judiciário piauiense.

Segundo Norberto Campelo, o documento é de caráter sigiloso e somente o presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Luis Fortes do Rego, vai decidir depois que receber se divulga ou não o conteúdo. “Primeiro, o documento é sigiloso. Nós vamos entregá-lo amanhã para o presidente do Tribunal de Justiça e ele vai decidir se divulga ou não”, disse o presidente da OAB. (C.R.)

Contudo, como nos fala Grün (2006 p. 56), sem desconsiderar a importância da preservação dessas espécies e desses ambientes específicos, essas ações, sem um caráter crítico, reproduzem a lógica dominante da exclusão, separando segmentos do ambiente para a preservação do “seu” equilíbrio ecológico, da deliberação frente aos destinos dos recursos naturais. A reportagem nos informa que:

Após 5 horas de reunião com 16 técnicos do Ministério do Meio Ambiente, no Palácio do Karnack, o governador Wellington Dias

(PT) fechou acordo para que seja criado o Parque Nacional Serra Vermelha, mas não em toda a área dos 700 mil hectares. Afirmou ainda que ficou acertado que será estruturada também uma Área de Proteção Ambiental e de geração de emprego e renda com desenvolvimento auto-sustentado. E que a criação do Parque Nacional da Serra Vermelha foi proposta por todos os diretores do Ministério do Meio Ambiente apesar da resistência inicial do governador, ficando também acertada a liberação de recursos necessários para a implantação do Parque Nacional das Nascentes, que fica nas divisas do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins. Recursos esses na ordem de R\$ 4,6 milhões. (JORNAL MEIO NORTE, 26 de Setembro de 2007)

Expressões como as que encontramos na reportagem sobre Serra Vermelha permitem evidenciar a existência de uma ênfase utilitarista da natureza. E o fato de nós o considerarmos sempre como meras propriedades pertencentes a unidades políticas, no caso em discussão, se o Piauí é percorrido pela Mata Atlântica ou não, faz com que nós não percebamos o valor intrínseco da natureza, fazendo parte da Mata Atlântica ou não, reforçando o mito de que os homens são separados dela. É o dualismo entre sujeito e objeto, entre humanos e natureza, que nos fala Grun (2006), e que tem reforçado fortemente no imaginário da humanidade moderna, o mito de que os seres humanos são independentes de outras formas de vida (autonomia da razão).

Voltando, uma vez mais, à reportagem “Ministério do Meio Ambiente incentiva o Manejo da Floresta”, pode-se afirmar que nela prevalecem idéias antropocêntricas, onde o meio ambiente existiria para dar sustentação aos anseios econômicos do sistema produtivo (no caso em questão, através da produção de carvão). E ainda com a possibilidade de se criar uma alternativa de desenvolvimento sustentável, “trabalhando a natureza sem destruí-la”. A reportagem afirma que o próprio Ministério do Meio Ambiente defende, como política de governo, a implantação de projetos que explorem a natureza de forma sustentável, e é um dos defensores da corrente que vê no manejo florestal uma das soluções mais eficazes para minimizar o impacto ambiental com relação ao desmatamento – então, o quê fazer?

Já na reportagem inserida na página seguinte, intitulada “Deputados vão à Serra Vermelha colher dados para audiência pública”, por exemplo, o depoimento de um deputado mostra o ambiente tanto como algo que precisa ser preservado para o

futuro (“não se pode deixar invadir aquele espaço, que nossos filhos e netos precisam ainda ver”) quanto como algo cuja preservação poderia “impedir que o Piauí cresça” – e, assim, o ambiente também é mostrado como uma questão bastante ambígua:

**▶ AMBIENTE** Vão conhecer o Projeto Energia Verde, que está com atividades paralisadas por suposta degradação ambiental

## Deputados vão à Serra Vermelha colher dados para audiência pública

**Mateus Noronha**  
EDITORIA DE CIDADES

**U**ma comissão de deputados parte hoje, às 6h da manhã, em direção à Serra Vermelha. Vai conhecer a região e especialmente a área que está sendo desmatada para a produção de carvão vegetal pelo projeto Energia Verde, que teve suas atividades paralisadas por determinação da Justiça.

De acordo com o deputado João Madson, da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, os deputados irão receber informações sobre o projeto e os perigos ao ecossistema que ele pode representar para discuti-lo em uma audiência pública. “A audiência já foi solicitada pelo deputado Wilson Brandão. Nós estamos indo para lá para depois formarmos juízo sobre a questão”, concluiu Madson.

Ele acrescentou que é da região e, portanto, já conhece a área e algumas informações sobre o projeto Energia Verde. “Neste momento nós precisamos ter muito cuidado. Lá não é como um cerrado qualquer. Lá temos espécies



**MADSON**  
Informações in-loco para formar juízo sobre o caso

que precisarão de 20 anos ou 30 anos para ser reconstituída a parte desmatada. Então temos que ter muito cuidado na hora de votar, pois também não podemos impedir que o Piauí cresça. Mas também não se pode deixar invadir aquele espaço, que nossos filhos e netos precisam ainda ver. Temos que ter um bom termo”, concluiu.

A comissão será comandada pelo deputado Roncalli

**COMISSÃO**  
A comissão será comandada pelo deputado Roncalli Paulo, presidente da Comissão de Meio Ambiente. Cerca de quatro deputados devem compor a equipe que parte hoje. A data da audiência será remarcada após o regresso da comissão.

Assim, é muito comum, nas reportagens analisadas, que os seres humanos sejam vistos como usuários (de tecnologias, de “recursos naturais”), sendo a natureza representada como aquilo que pode (e vai) dar sustentação a esta tecnologia, como o carvão, o óleo, etc. Na reportagem “Geração de Energia a partir de mamona ganha impulso”, do dia 05 de julho de 2007, inserida na editoria de Política, enfatiza-se que “com o objetivo de desenvolver fontes renováveis de energia, o Piauí saíria na frente nas pesquisas com a mamona para a geração de energia elétrica”. Na reportagem, não há qualquer tipo de preocupação crítica com o atual modelo energético do Estado ou do país; não se percebe uma preocupação sobre o nível de consumo das sociedades



ocidentais contemporâneas, bem como não são abordadas as conseqüências desse modelo. Isso também aparece na reportagem “Gás poderá ser transformado em fonte de energia elétrica”, publicada na seção Cidades do dia 15 de janeiro de 2007.

Grun (2006) afirma que o processo de objetificação da natureza cristalizado nas estruturas do currículo adquiriu uma forma universal nas sociedades industriais ocidentais pela simples razão de que o próprio paradigma industrial capitalista jamais teria se sustentado, e mesmo iniciado, sem que a natureza tivesse sido completamente objetificada. As instituições de ensino, principalmente as Universidades, produzem um conhecimento científico capaz de proporcionar um tal “desenvolvimento”; assim, a objetificação da natureza tornou-se condição *sine qua non* da expansão ilimitada da produção material.

Assim, é importante ressaltar que o caderno de Economia do Jornal Meio Norte raramente menciona o meio ambiente como um elemento a ser considerado – assim, poder-se-ia dizer que a natureza fica em segundo plano, silenciada em favor do *agrobusiness*, da força das monoculturas (cana-de-açúcar, algodão, soja) e dos grandes latifundiários. Mas apesar do fato de a natureza e o ambiente não estarem formalmente presentes na Editoria de Economia do Jornal, em muitas outras seções aparecem articulações entre os discursos ambientais e os discursos econômicos. Na reportagem “Começa pelo Piauí ciclo de debates sobre a convivência com o semi-árido” (de maio de 2007), por exemplo, inserida na Editoria Município do jornal Meio Norte, o Diretor do INSA (Instituto Nacional do Semi-árido) afirma que “aliar tecnologia aos efeitos da seca permitirá que se construa um novo olhar diante do semi-árido, principalmente explorando as potencialidades da região. Temos que aprender com a diversidade da natureza, pensando conceitualmente na semi-aridez como vantagem”. Aqui, a natureza e as condições ambientais são mostradas, num primeiro momento, como “sábias” – e nós, seres humanos, teríamos que conviver harmonicamente, observá-las e aprender com elas; depois, percebe-se que os seres humanos, além de terem de escutar as “lições” da “mãe-natureza”, precisariam tirar proveito das dificuldades por ela impostas – principalmente, por meio da tecnologia.

No próximo capítulo serão apresentadas as práticas representacionais que o jornal Meio Norte põe em ação ao falar do ambiente e da natureza.

### **CAPÍTULO 3 – ALGUMAS PRÁTICAS REPRESENTACIONAIS COLOCADAS EM AÇÃO PELO JORNAL MEIO NORTE PARA ENSINAR SOBRE NATUREZA, AMBIENTE E OUTRAS COISAS MAIS...**

---

Guimarães e Ferreira Neto (2008), em artigo dedicado à discussão dos muitos significados circulantes na mídia impressa brasileira acerca do tema “aquecimento global” e “sustentabilidade ambiental”, afirmam que tais temas estão espalhados por todos os lados, independente das editoriais (política, economia, ambiente, cidades, geral, etc.). Além disso, inúmeras outras temáticas e notícias aparecem articuladas ao aquecimento global e às práticas ambientais ditas “responsáveis” e “sustentáveis”, tais como: eventos de moda, casamentos de pessoas famosas, shows musicais, práticas empresariais, políticas governamentais, críticas cinematográficas, etc.

O “aquecimento global”, segundo os autores (op. cit.), é representado como um “problema de todos” e, ao mesmo tempo, de cada um. “A mensagem pedagógica que parece estar presente nos veículos focados nas nossas investigações é que se cada um fizer a sua parte, por menor que esta possa parecer, o resultado será um planeta plena e satisfatoriamente habitável para todos” (GUIMARÃES e FERREIRA NETO, 2008, p. 6). Dicas para conter o fenômeno do aquecimento abundam em uma série de instâncias culturais – todas elas voltadas para orientar as atitudes e os comportamentos das pessoas na direção de uma vida “ecologicamente correta e responsável”.

Segundo Kellner (2001), numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios de comunicação e entretenimento são uma fonte profunda (e muitas vezes não percebida) de pedagogia cultural: contribuem para nos ensinar como nos comportar e o que pensar, o que sentir, em que (ou no que) acreditar, o que temer e desejar – e o que não. Seguindo o pensamento de Kellner, devemos entender, analisar, interpretar e criticar a cultura da mídia, bem como avaliar seus efeitos, além da maneira como ela molda a vida diária, influenciando o modo como as pessoas

pensam e se comportam, como se vêem e vêem os outros e como constroem sua própria identidade.

No caso específico do jornal, poder-se-ia dizer que as reportagens em questão instituem os referidos temas como aqueles que necessitariam a nossa atenção, cuidado e ação. E, em se tratando de estratégias representacionais – isto é, estratégias de que se valem as reportagens para construir determinados modos de se entender (e praticar) uma certa educação ambiental –, destacam-se: a) a postura investigativa (o famoso “jornalismo investigativo”); b) o tom “denuncista” e panfletário das reportagens; c) o tom de condenação e repúdio à postura ambiental da população (mas, ao mesmo tempo, o tom de “parabenização” pelas ações e pela conscientização ambiental); d) a ênfase nos números e na quantificação; e) a ênfase “conclamatória”. A seguir, apresento cada uma dessas estratégias, colocadas em ação nas páginas do Jornal Meio Norte:

a) O “JORNALISMO INVESTIGATIVO”

**TOUR QUARTA-FEIRA**

**MEIO NORTE**

**AMBIENTE** | Na prática, a medida impedirá projetos na região, como o da J.B. Carbon, para extração de carvão vegetal

**Publicada resolução que integra Serra Vermelha à Mata Atlântica no PI**

**Marcos Melo**  
Médico Veterinário  
EDITORIA DE POLÍTICA

**Na prática, a medida impedirá projetos na região, como o da J.B. Carbon, para extração de carvão vegetal**

**COMAMA**  
A resolução do Conselho foi assinada no último dia 22 pelo ministro Marina da Silva e publicada no DOU na segunda-feira.

**2005, pelo menos 78 mil hectares de vegetação nativa** foram desmatados em áreas de propriedade da Estância e localizadas desde as nascentes do rio Sangaló, única vertente oeste do município — até a parte leste da Serra Vermelha. “É uma natureza construída depois de milhares de anos”, destaca a população.

**Agora, a empresa propõe uma recuperação das áreas exploradas em apenas 13 anos.** “O manejo na área é possível graças à capacidade latente de regeneração da caatinga, está com quase três metros e crescendo com vigor”, diz a empresa na matéria veiculada na edição de ontem.

**Ma, a empresa omitiu o fato de que, ao final desse período, quando supostamente a vegetação estaria “recuperada”, seria objeto novamente do corte para a produção de carvão. Também não falou no procedimento de retorno da fauna que será expulsa com o corte da flora, embora diga em seu material publicitário que o manejo florestal tem, em sua essência, a conservação da biodiversidade da flora do ambiente. A fauna local, de acordo com o abito assinado em 1987, já inclui, em alguns casos, rios de entopico.**

**SEM AUTORIZAÇÃO DO IBAMA, NADESA DEGRADOU O MUNICÍPIO DE DOM APOLÔNIO, LOPES, DEZ ANOS DE MATAMATO EM UMA ÁREA EM TORNO DE 9 HECTARES, NA LOCALIDADE PAU DE CINZA, NA RODOVIA BR-343**

**Grupo devasta floresta nativa na BR-3**

**DESMATAMENTO**

**FLADRANTE**

**Fiscais do Ibama multaram dono de terra**





A reportagem “Publicada resolução que integra Serra Vermelha à Mata Atlântica no PI” afirma que “documentos conseguidos pelo Jornal Meio Norte e datados de 20 anos atrás, já demonstravam isso [a utilização da mata da Serra Vermelha como carvão] claramente”. Esse estilo narrativo – que coloca em dúvida, verifica fontes, consegue documentos, etc. – confere credibilidade ao próprio jornal e aos seus jornalistas:

Agora, a empresa propõe uma recuperação das áreas exploradas em apenas 13 anos. “O manejo da área é possível graças à capacidade ímpar de regeneração da caatinga que, em menos de dois anos, está com quase três metros e crescendo com vigor”, diz a empresa na matéria veiculada na edição de ontem.

Mas a empresa omitiu o fato de que, ao final desse período, quando supostamente a vegetação estaria “recuperada”, seria objeto novamente do corte para a produção de carvão. Também não falou no procedimento de retorno da fauna que será expulsa com o corte da flora, embora diga em seu material publicitário que o manejo florestal tem, em sua essência, a conservação da biodiversidade em

todos os aspectos. A fauna local, de acordo com o abaixo assinado de 1987, já sofria, em alguns casos, risco de extinção.  
(JORNAL MEIO NORTE, 05 março de 2007).

Incluída na página anterior, a reportagem “Grupo devasta floresta nativa na BR-343”, alerta que “sem autorização do IBAMA, madeireiros do município de Dom Expedito Lopes fizeram grande desmatamento em uma área em torno de 9 hectares, na localidade Pau de Cinza, na rodovia BR-343”. A reportagem, de modo eloquente, cita nomes de trabalhadores, valores (quanto ganhavam por dia de trabalho de corte de árvores e queimada de restos de mata), instrumentos por eles utilizados (“fogo, machado e motosserra”), etc. Também dá detalhes da denúncia feita, mostrando que há testemunhas oculares (que vivem perto do acontecido e que foram ouvidas) e que investigou “a fundo” o caso: “O pedreiro Edgar Gomes de Sousa, que mora na localidade Pau de Cinza, informou que a área está sendo desmatada para a construção de uma casa em torno de uma fazenda” e que, além disso, o desmatamento previsto ainda é bem maior do que o que se apresenta no momento. A legenda da foto que ilustra a reportagem confere verossimilhança aos fatos, já que garante tratar-se de um “flagrante” (feito pela equipe do Jornal Meio Norte e, também, pelos fiscais do IBAMA que aplicaram multa ao dono do terreno, no desfecho da matéria, ao pé da página).

Já na reportagem intitulada “JB Carbon tenta explicar projeto Energia Verde”, o uso de dois verbos (“tentar” e “explicar”) e não um apenas (“explica”) coloca sutilmente em dúvida – já na manchete – as intenções da empresa JB Carbon com relação ao ambiente (e vale salientar que Meio Norte, em várias ocasiões, posicionou-se publicamente contra a empresa). E, em “Degradação ambiental”, o Editorial assegura ao leitor que foi o próprio Jornal Meio Norte quem demonstrou publicamente, muito antes da Secretaria da fazenda ou da Secretaria do Meio Ambiente, a enormidade dos danos ambientais do garimpo da cidade de Gilbués (PI):

O contrabando de diamantes no Piauí não é o único problema relacionado à extração desta gema em Gilbués. Muito mais graves ainda são os danos ambientais provocados pelo garimpo naquele município, já submetido a um intenso processo de desertificação, em cujas raízes está exatamente a exploração diamantífera dos anos 60. O garimpo foi fechado muito mais em razão dos interesses fiscais do Estado do que em face à degradação ambiental. A

iniciativa de interdição foi da Secretaria da Fazenda e não da congênere do Meio Ambiente. A SEFAZ levou em conta o não recolhimento de ICMS pela venda dos diamantes, sob suspeita de contrabando para Israel, conhecido consumidor mundial da gema. A iniciativa da SEFAZ, em que pese seu foco arrecadatório, deixou evidente que os danos ambientais são grandes, conforme demonstrou o MEIO NORTE em sua edição de ontem. (JORNAL MEIO NORTE, 3 de setembro de 2007).

Outro caso de “jornalismo investigativo” é o contado na reportagem “Toneladas de areia são retiradas do Rio Poti” (JORNAL MEIO NORTE, 14 de agosto de 2007), incluída na página seguinte. O Jornal garante “a areia está sendo levada para a construção da Avenida Ferroviária da Prefeitura de Teresina” – isto é, que se trata de uma prática oficial da Prefeitura – de forma “veloz por 18 caminhões”, mas aponta para o que seriam duas irregularidades: a) “para a retirada da areia foi tirada a mata ciliar de 800 metros quadrados nas margens do Rio Poti, foram criadas grandes crateras, algumas com profundidade de três metros”; b) o depoimento de um dos motoristas de caminhão: “indagado quando estava trabalhando, o motorista Evaristo Gomes disse que cada caminhão leva 16 mil quilos de areia. Segundo ele, de 15 a 18 caminhões trabalham na retirada da areia levando, cada um, uma média de 12 carradas/dia. Os caminhões fizeram uma descida destruindo a mata ciliar”.

Ligue para o Disque-Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. A ligação é gratuita. O número é 100. Seu sigilo será preservado.

**Cidades**  
 TERESINA, 14 DE AGOSTO DE 2007  
 TERÇA-FEIRA  
 INCLUI MINDAT, ECONOMIA + MUNICÍPIO

Av. Barão de C. Branco, próximo ao nº 1010: dois turnos  
 Av. Maranhão, próximo ao nº 3343: dois turnos

**MEIO NORTE**

**ABUSO** Cerca de 34.560 toneladas de areia estão sendo retiradas por dia por dezoito caminhões às margens do Rio Poti. Para a retirada da areia foi devastada uma área de 800 metros quadrados de mata ciliar

## Toneladas de areia são retiradas do Rio Poti

**Efrém Ribeiro**  
 DA EDITORIA GERAL

**D**ezoito caminhões estão retirando por dia cerca de 34.560 toneladas de areia a dois metros das margens do Rio Poti. Isso está fazendo com que os barrancos das margens caiam mais rápido dentro do leito do Poti próximo a ponte Wall Ferraz, que liga as zonas Sul e Leste. Para a retirada da areia foi tirada a mata ciliar de 800 metros quadrados nas margens do Rio Poti, foram criadas grandes crateras, algumas com profundidade de três metros. A movimentação é tão grande que em uma pequena estrada que dá acesso à área os caminhões ficam congestionados em filas de cinco e seis veículos. Toda a areia está sendo levada para a construção da Avenida Ferroviária da Prefeitura de Teresina, que liga a Avenida Cajuinã, na zona Sul, a rodovia BR-343, no Recanto dos Pássaros, na zona Leste. A proximidade da retirada da areia do rio é tão grande que as crateras estão cheias d'água. Indagado quando estava trabalhando, o motorista Evaristo Gomes disse que cada caminhão leva 16 mil quilos de areia. Segundo ele, de 15 a 18 caminhões trabalham na retirada da areia levando, cada um, uma média de 10 toneladas por dia. Os caminhões fizeram uma descida destruindo a mata ciliar.

**BURACOS**  
 No local da retirada de areia, às margens do Rio Poti, foram criadas grandes crateras, algumas com profundidade de 3 metros

**PAISAGEM LUNAR**  
 Verdadeiras crateras estão surgindo às margens do rio, resultado da retirada de quase 35 mil toneladas de areia




**O mundo precisa de você**  
**PÓS-GRADUAÇÃO** CEUT

- Direito Público
- Direito e Processo Civil
- Direito Tributário
- Direito e Processo do Trabalho
- Direito Processual (Novo)
- Ciências Criminais
- Direito e Auditoria Ambiental
- Gestão de Pessoas

A imagem do caminhão sendo carregado de areia pela retro-escavadeira (e da legenda da foto – “Paisagem lunar: verdadeiras crateras estão surgindo às margens do rio, resultado da retirada de quase 35 mil toneladas de areia”) amplia o “tom” investigativo da reportagem, transformando-a em quase denúncia. Além disso, segundo Zanchetta Júnior (2004), “a fotografia jornalística revela o mundo físico recortado de um cenário e inserido em outro. Mas, para se fazer compreensível, precisa se relacionar de algum modo com o universo original que retrata para, então, sugerir outras significações, que inclusive vão muito além da informação de origem” (p. 82). E mais:

Raramente isolada, a informação da fotografia, por seu turno, congrega outras informações e forma com elas uma narrativa. Elementos da própria imagem, do texto verbal da notícia e, sobretudo, da experiência cultural e do contexto de produção e recepção da informação tornam essa narrativa compreensível. A foto jornalística atualiza, mas também recria a história, com

elementos do cenário original, da experiência do fotógrafo e do leitor. O primeiro compromisso da imagem é oferecer-se como prova verossímil sobre determinado episódio. Para tanto, os elementos retratados na imagem precisam fazer parte do universo de experiências do leitor, caso contrário ele não a compreenderá (ZANCHETTA JÚNIOR, 2004, p. 86).

Mesmo que a comparação entre a margem do rio Poti e as crateras da Lua não seja efetiva e não se concretize (isto é, mesmo que as crateras da lua não sejam elementos do universo de experiências dos leitores do Jornal), a “prova” – verossímil e palpável – do dano ambiental é fornecida pela imagem.

O desfecho da reportagem (e da investigação empreendida pelo Jornal) vem logo depois da imagem, no Box “Mata ciliar vai ser recomposta”, aqui omitido por falta de espaço, no qual o jornal Meio Norte traz o depoimento da gerente de Meio Ambiente Leste, Márcia Stafy Megda, da Prefeitura Municipal de Teresina, que afirma que “a empresa responsável pela retirada da areia das margens do rio Poti foi notificada para recompor a mata ciliar, que vai ser acompanhada pela Prefeitura de Teresina”. O Jornal afirma, também, que “Megda declarou que a empresa tem a licença fornecida pela Prefeitura de Teresina para retirar a areia, mas fez uma descida dos caminhões que não estava programada e atingiu a mata ciliar. A empresa vai recompor o pedaço de mata”. (Jornal Meio Norte, 14 de agosto de 2007).

## **b) O TOM “DENUNCISTA” E PANFLETÁRIO DAS REPORTAGENS**

Segundo Resende (2004), “na prática jornalística, os profissionais vêem-se, muitas vezes, fadados a narrar o óbvio e/ou o superficial – para serem pragmáticos, claros e objetivos (conceitos que são fruto da preocupação com os efeitos)”. Outras vezes, o autor destaca que os jornalistas “travestem-se de cordeiros, para não serem o lobo do lobo do homem, e se dispõem a denunciar as vilanias e falcatruas que, segundo as acusações teórico-críticas, encontram guarita, quase sempre, nos próprios veículos que são usados como instrumentos” (p. 3). Outras vezes, ainda, são utilizados determinados episódios ou notícias como uma espécie de pretexto para



acusar e denunciar políticos, partidos, órgãos e instituições: Zanchetta Júnior (2004), enumerando características que fazem sobressair determinados episódios em lugar de outros nas páginas dos jornais diários, ressalta que “certos fatos ganham destaque porque ocorrem em momentos específicos. Buracos no asfalto são notícia secundária exceto em jornais de oposição em tempos de eleição ou quando há suspeita de desvio de dinheiro por parte dos governantes responsáveis pela manutenção das vias públicas” (p. 58).

Isso, em parte, pode ser percebido na reportagem “Luís Correia, depósito de lixo”, totalmente escrita em primeira pessoa<sup>1</sup>, na qual o jornalista faz uma série de questionamentos e afirmações contundentes: “E o Ministério Público?”; “Os administradores públicos são omissos com a limpeza pública e não sofrem penalidades. Que país é este, onde somente os cidadãos são punidos?”; “O que me intriga é que as autoridades municipais e estaduais não conseguem [ver a sujeira]”:

---

<sup>10</sup> Segundo Zanchetta Júnior (2006, p. 63-64), “para criar o efeito de distanciamento, o jornal apresenta as notícias em terceira pessoa”, acabando por materializar e concretizar um determinado fato. Historicamente, os jornais do século XIX (até o início do século XX) eram muito mais opinativos, pois traziam longos textos motivados por “questões ideológicas e políticas, favoráveis ou contrárias às autoridades e à legislação” (p. 41). Esse caráter opinativo permanece até hoje em grande parte das publicações, mas apenas restrito e particularizado em colunas específicas e “editoriais”. Apenas em alguns jornais – ditos “sensacionalistas” ou, ainda, “populares” – é que o “tom” opinativo e em primeira pessoa é prevalente.

# Luis Correia, depósito de lixo

em no século passado, o lixo combinava com o Turismo e muito menos com a saúde da população

Artigo 172 do Código de Trânsito penaliza o cidadão com multa por atirar do veículo ou abandonar na via objetos ou substâncias. Os administradores públicos são omissos com a limpeza pública e não sofrem penalidades. **Que país é este, onde o lixo não sofre penalidades? Onde os cidadãos são unidos?**

Luis Correia virou um depósito de lixo, principalmente a orla marítima, justamente onde ficam os turistas. Constatei o fato com um garçom, mesmo informava que os araris da cidade eram os ururus e apontava um dos inúmeros lixões da orla marítima. O garçom completou: **“O Governo e a PIEMTUR ainda querem que os turistas nos visitem”**.

Encontrei em alguns lixões arariças catando lixo, fugiram quando me dirigi com a máquina fotográfica para registrar o seu quadro social.

Os turistas e a população local conseguem ver a sujeira, o descaso e a falta de estrutura em nosso principal e tradicional ponto turístico. **O que me intriga, é que as autoridades municipais e estaduais não conseguem.**

Os órgãos governamentais



**VEJA** mais fotos e notícias no endereço eletrônico da Página. [www.cidadeverde.com/noticiasdasaude.asp](http://www.cidadeverde.com/noticiasdasaude.asp)

estimulam a população a fazer turismo sem oferecer as condições necessárias, se não bas-

tasse, põem em risco a saúde dos que ali vivem ou estão a passeio.

## **E o Ministério Público?**

O Código Penal em seu Art. 132 é bem claro, determina que expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto ou iminente é CRIME, punindo com pena de detenção de três meses a um ano. Se não bastasse, o Art. 186 do Código Civil diz: **“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”**.

O Ministério Público fechou por vários meses a única Unidade de Hemodiálise do HGV por causar riscos à saúde dos pacientes daquela Unidade. **O QUE ESTÁ FAZENDO com relação a esta exposição populacional às doenças através do lixo no litoral?**

Mesmo com a resistência de alguns proprietários de bares e restaurantes, visitei as cozinhas. Não conto o que vi, o leitor vai sentir repugnância, imagine quem comeu

O lixo é, na verdade, o mote para o Jornal “espinafrar” o governo estadual (e a secretaria de Turismo), a Prefeitura, o Ministério Público e outros tantos órgãos públicos – a questão ambiental é, na verdade, pano de fundo e preocupação secundária. Além disso, a utilização de determinadas frases em negrito (ou, ainda, em caixa alta<sup>1</sup>) produz uma narrativa dramática e de forte impacto visual e emocional (“O QUE ESTÁ FAZENDO [o Ministério Público] com relação a esta exposição populacional às doenças através do lixo no litoral?”), já que a caixa alta em textos verbais denota atenção, raiva, etc. Por vezes, o Jornal Meio Norte parece ter um estilo considerado por Rabaça e Barbosa (1998) como “sensacionalista” – isto é, “caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na

<sup>11</sup> “Caixa alta” significa em letras maiúsculas.

divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público” (p. 531).

Em “Bird alerta que biocombustível pode aumentar preço de alimento” (Jornal Meio Norte, 22 de julho de 2007), a chamada (“Alerta – Programa de biocombustíveis é um dos carros-chefe do governo do presidente Lula que rebate, com frequência, críticas em relação à possibilidade de agravamento da fome”) e o lide (“Apesar de poder ajudar na redução das mudanças climáticas e da dependência do petróleo, o biocombustível pode também causar aumento no preço dos alimentos, no desmatamento das florestas e na disputa por terra e água. É o alerta do Banco Mundial (Bird) no Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 2008 – Agricultura para o Desenvolvimento, divulgado pelo órgão recentemente, em Washington, capital dos Estados Unidos”) mostram que o assunto em questão não é tanto o biocombustível, mas a conduta do governo federal e do presidente:

caso **ALERTIA** Programa de biocombustíveis é um dos carros-chefe do governo do presidente Lula que rebate, com frequência, críticas em relação à possibilidade de agravamento da fome

## Bird alerta que biocombustível pode aumentar preço de alimento

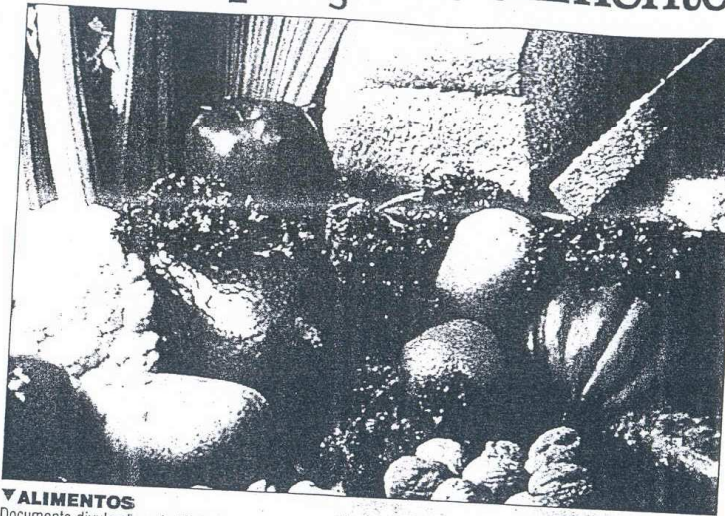
Carolina Pimentel  
AGÊNCIA BRASIL - BRASÍLIA

Apesar de poder ajudar na redução das mudanças climáticas e da dependência do petróleo, o biocombustível pode também causar aumento no preço dos alimentos, no desmatamento das florestas e na disputa por terra e água.

É o alerta do Banco Mundial (Bird) no Relatório sobre Desenvolvimento Mundial 2008 - Agricultura para o Desenvolvimento, divulgado pelo órgão recentemente, em Washington, capital dos Estados Unidos.

"A quantidade de grãos exigida para abastecer o tanque de um carro utilitário pode alimentar uma pessoa por um ano. A competição entre comida e combustível é real", diz o documento, que fala ainda sobre a necessidade de governos e empresas investirem em pesquisas para a descoberta de matérias-primas diferentes dos alimentos básicos.

O Banco Mundial descreve o Brasil como "o maior e mais eficiente" produtor mundial de etanol (álcool combustível) a partir de cana-de-açúcar que é



### VALIMENTOS

Documento divulgado pelo Bird diz que a competição entre comida e biocombustível é algo real

### DECLARAÇÃO

Segundo o presidente Lula, o que leva pessoas a deixar de comer, na verdade, é a falta de dinheiro para comprar alimentos

de baixo custo. Mas ressalva que outros países em desenvolvimento têm poucas chances de chegar ao mesmo patamar com a tecnologia atual, de acesso restrito.

De acordo com o relato

rio, dos cerca de 40 bilhões de litros produzidos em 2006, 42% vieram do Brasil, 46% dos Estados Unidos - que usam prioritariamente o milho - e 4% da União Europeia. O Bird avalia que as técnicas atuais têm favorecido quem produz em grande escala, mas cita cooperativas brasileiras que conseguiram incluir pequenos agricultores no processo.

O programa de biocom

bustíveis é um dos carros-chefe do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que rebate, com frequência, críticas em relação à possibilidade de agravamento da fome.

Segundo ele, o que leva pessoas a deixar de comer, na verdade, é a falta de dinheiro para comprar alimentos. O objetivo do governo brasileiro é estimular a produção de biocombustível na agricultura familiar.

Outros exemplos do que estou chamando, aqui, de tom "denuncista" e panfletário pode ser encontrado nos excertos do Jornal Meio Norte apresentados a seguir:

### Desmatamento piora pobreza na Amazônia, revela estudo

Quem vive junto à floresta pode não ter dinheiro no bolso, mas pode sempre contar com um peixe na rede para se alimentar e com uma planta da mata para se curar, aponta Veríssimo [pesquisador citado na reportagem]. Sem a floresta, ocorre um processo de

favelização. Os serviços gratuitos que eram prestados pela biodiversidade desaparecem e as comunidades passam a depender de serviços públicos precários ou inexistentes. ‘A sensação de pobreza é muito mais grave’, diz Veríssimo. ‘Quem paga o custo é a sociedade brasileira, que fica obrigada a sustentar esses municípios falidos’. (JORNAL MEIO NORTE, 28 de Outubro de 2007)

### **Sempre as enchentes**

Mais uma vez o teresinense vive o drama das enchentes, dos alagados. Este ano, inclusive, com a morte de quatro pessoas, vítimas do desabamento de um casebre à beira de um barranco. Mas Teresina sempre foi sujeita a alagamentos, não é de hoje que vivemos e convivemos com esse drama. É o que se chama de “tragédia anunciada”, todos sabem – autoridades e a sociedade – que basta cair uma chuva um pouco mais forte, os rios sobem de nível (Teresina está entre dois rios) e temos de ver casas caindo, famílias alojadas em prédios públicos e a administração municipal fazendo gastos extras na construção de casas, remoção de moradores, diques de proteção e outras providências. Essa situação, porém, não se justifica. O problema é resultado da negligência ou falta de compromisso dos poderes com a cidade e das pessoas com a natureza. O problema é que essa história de alagados já virou mania dos políticos, já virou mania das famílias na justificativa para serem beneficiadas com as doações de terreno, casa, roupas, comida... E quem perde somos todos nós. Não há que se procurar culpados. Temos é que, urgentemente, achar e aplicar soluções. As enchentes, assim como a seca, não deveriam ser tratadas como emergência, uma vez que tanto a prefeitura quanto governo do Estado poderiam e têm como prevenir e realizar ações com antecedência para evitar o sofrimento dessas famílias. (JORNAL MEIO NORTE, 28 de fevereiro de 2007).

Nas reportagens inseridas acima, novamente, desmatamento e enchentes ficam em segundo plano – apesar de serem os temas, de estarem no título das reportagens e tudo mais. No primeiro caso, a reportagem garante (baseada em um estudo) que o desmatamento precipitaria a “favelização” e a pobreza generalizada da população – e encerra com a alegação de que “Quem paga o custo é a sociedade brasileira, que fica obrigada a sustentar esses municípios falidos”, um tanto quanto deslocada do tema do desmatamento. Além disso, na reportagem, a natureza aparece como uma “prestadora de serviços” aos seres humanos, o que é bastante problemático (para dizer o mínimo). Já o segundo caso é uma denúncia do jornal com relação às enchentes constantes – uma “tragédia anunciada”, e anunciada duplamente ao que parece, tanto pelo jornal quanto pelo fato de “todos saberem”.

Esta reportagem será melhor explorada mais adiante, em uma outra seção, já que está em ação no Jornal, também, uma estratégia de culpabilização da população (que, pela reportagem, é negligente e sem nenhum compromisso com a natureza, acostumada a “ser beneficiada com as doações de terreno, casa, roupas, comida...”).

Já o editorial intitulado “Degradação ambiental” (Jornal Meio Norte, 3 de setembro de 2007) denuncia (dizendo não ser admissível que uma empresa de mineração seja apenas autuada por questões fiscais, não por questões ambientais), especula ter havido, possivelmente, “omissão [do estado, da prefeitura, dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente...] quanto ao garimpo da área” e exige medidas efetivas, colocando-se do lado do povo e, também, do meio ambiente:

**Punição** – Se existe grave agressão ao meio ambiente não é admissível que a empresa DM Mineração Ltda. esteja sendo punida apenas pela questão fiscal. (...) O caso de Gilbués, aliás, deveria ser motivo de maior rigor e preocupação. Como a desertificação avança célere, é possível sim que tenha havido omissão quanto ao garimpo na área. Ora, se essa atividade acelera o processo de erosão do solo, nunca deve ser permitida, porque a riqueza de lá tirada em forma de diamantes não contribui para a cidade e ainda a deixará mais pobre. (JORNAL MEIO NORTE, 3 de setembro de 2007).

Segundo Nunes (2006), “o jornalismo conhecido hoje como sensacionalista acabou por configurar o popular como um âmbito de carências, onde a idéia de povo fica reduzida praticamente ao mundo do crime, da linguagem escrachada, da fofoca e da bisbilhotice, e das necessidades pontuais de sobrevivência” (p. 35). Assim, o Jornal Meio Norte, lançando mão de estratégias narrativas sensacionalistas, também denuncia a falta de estrutura de bairros e de cidades inteiras (luz, calçamento, água, saneamento básico, coleta de lixo, proliferação de ratos, baratas e outros bichos etc.), bem como registra “apelos” populares por melhores condições de vida:

**Famílias pedem estrutura para Teresa Brito**

Os moradores denunciam que o carro de lixo não entra em todas as ruas, por isso a sujeira fica acumulada nas portas das casas. (JORNAL MEIO NORTE, 23 de janeiro de 2007)

**Lixo acumula em trechos da estrada da Alegria**

Aumenta a quantidade de lixo às margens da estrada da Alegria, zona Sul de Teresina. Logo no começo dessa via de acesso ao

Povoado Alegria, a sujeira é geral, sendo que o lixo avança para o asfalto. Motoristas, ciclistas e pedestres reclamam do mau cheiro na área. Eles apelam à Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU) para fazer a limpeza desses trechos tomados pelo lixo (...). (JORNAL MEIO NORTE, 25 de janeiro de 2007).

Segundo Zanchetta Júnior (2004), “a seleção, os modos de apresentação do fato e de constituição textual seriam mediados por um código social consentido, regulador dos elementos da notícia”. Para ele, “Se, por um lado, existe o gosto por notícias extraordinárias como as que reportam acidentes e crimes, configurando-se uma ‘tendência à negatividade’, por outro, tais notícias acabam por requerer o que Van Dijk chama de ‘busca de reequilíbrio’: no caso de um crime, um desdobramento potencial será o concurso da polícia; um terremoto implicaria a verificação das vítimas, as formas de associação para reparar os danos, a intensidade do fenômeno” (p. 54). O autor afirma que tanto os jornalistas (que redigem as notícias) quanto os leitores em geral apresentam “esquemas gerais” para a compreensão das notícias – isto é, o gênero textual “notícia” requer um começo (quem, o quê, quando, onde, como, por quê), um meio (informações que complementam o tema, detalhes de importância mediana) e um fim (detalhes secundários, um desfecho). Assim, em uma reportagem tal como “Mato predomina nas ruas no Primavera II” (cujo fato principal é, justamente, a denúncia da falta de cuidados naquele bairro de Teresina), a narrativa jornalística se desenvolve da seguinte forma: “a situação é de completo descaso das autoridades”; “a SDU<sup>1</sup> não tem feito nada para acabar com a imundície dessas vias públicas”; “o poder público precisa levar melhorias para o bairro Primavera II: esta situação de descaso não pode prevalecer no bairro, queremos providências, destaca a moradora”.

---

<sup>12</sup>Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Teresina, PI.

**c) O TOM DE CONDENAÇÃO/REPÚDIO À POSTURA AMBIENTAL DA POPULAÇÃO (E, AO MESMO TEMPO, O TOM DE “PARABENIZAÇÃO” PELAS AÇÕES E PELA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL):**

A cultura, segundo Kellner (2001) em seu sentido mais amplo, é uma forma de atividade que implica alto grau de participação, no qual as pessoas criam sociedades e identidades. E que modela os indivíduos, evidenciando e cultivando suas potencialidades de fala, ação e criatividade. E a mídia participa igualmente desse processo. Segundo o autor, as pessoas passam um tempo enorme ouvindo rádio, assistindo à televisão, freqüentando cinemas, convivendo com músicas, lendo jornais e revistas, participando dessas e de outras formas de cultura veiculadas pelos meios de comunicação. Portanto, a mídia se trata de algo que passou a dominar a vida cotidiana, servindo de pano de fundo onipresente (e, muitas vezes, de sedutor de primeiro plano) para o qual convergem nossa atenção e nossas atividades.

As reportagens analisadas apresentaram, em certos casos, um tom de condenação à postura ambiental da população: “a população local, que tem se mantido contra a produção do carvão que utiliza a mata da Serra Vermelha, não tem se posicionado contra o manejo”. Da mesma forma, na reportagem “Serra vermelha e os debates sociais”, o jornal afirma que “historicamente, a sociedade piauiense não costuma debater problemas ambientais”, sendo que “a população deveria estar conscientizada para participar dos debates”.

No Editorial intitulado “Rio raso”, o jornal afirma – com relação à seca do rio Parnaíba – que “pouca gente pareceu se importar – até quando todos nós vamos assistir ao desfalecimento do imponente Velho Monge de braços cruzados?”, e que “cabe a nós tomar as rédeas e reivindicar providências mais sérias para que o Parnaíba volte a correr a plenos pulmões”. E mais: “não basta sentar, ler o jornal e reclamar”.

Já na reportagem “Ibama faz maior apreensão de aves da história”, de 8 de outubro de 2007, o jornal traz a fala do chefe do Centro de Triagem do Ibama, que afirma que “(...) a sociedade tem que reagir contra a comercialização de animais



silvestres. Não basta o Ibama fazer sua parte, a sociedade tem que se engajar e os organismos policiais também”. O engajamento da população (ou a falta deste) é um discurso relativamente comum nas seguintes reportagens:

**Famílias pedem estrutura para Teresa Brito**

Uma galeria é solicitada para a Rua 7, onde existe um esgoto no qual as pessoas jogam lixo e animais mortos. A sujeira desse esgoto gera doenças nas crianças e adultos. (JORNAL MEIO NORTE, 23 de janeiro de 2007)

**“Teresina precisa de leis para disciplinar entulho”**

Waldemar Rodrigues disse que Teresina não tem lei que trata do entulho, originado da construção civil, que os teresinenses ficam jogando nas margens dos rios Parnaíba, Poti e lagoas. Rodrigues falou que esse entulho não passa por triagem e ninguém sabe se com ele está sendo levada matéria química que contamine o lençol freático. (JORNAL MEIO NORTE, 28 de março de 2007).

“Dia da Água é festejado com conscientização” é uma das manchetes do Jornal Meio Norte do dia 23 de março de 2007. A reportagem parte do pressuposto de que a população não é ambientalmente engajada, necessitando de iniciativas e projetos de educação ambiental (e de conscientização) constantes. Assim, chega-se à idéia de que é necessário fazer isso “desde cedo”, já que as crianças teriam “a mente mais aberta” para os problemas ambientais:

**Dia da Água é festejado com conscientização**

(...) De acordo com a chefe de Educação Ambiental da SDU/Leste, Michelly Luana de Assis Silva, a idéia é tentar promover nas crianças o pensamento de importância que o recurso tem. (...) Ela garante que elas detêm uma mente mais aberta, percebendo mais facilmente a necessidade da preservação dos recursos naturais. Para a diretora da escola, o mais relevante a ser observado é a possibilidade de que as 220 crianças possam levar essa mensagem de conscientização aos seus pais. “Nessas áreas mais carentes, às vezes os pais têm menos instrução que os filhos. É bom que eles possam ganhar e repassar as informações ao mesmo tempo”, diz. (JORNAL MEIO NORTE, 23 de março de 2007).

Outro exemplo da aparente “falta de engajamento” da população no que diz respeito ao ambiente e à natureza é dado pelo Jornal em “Coleta seletiva será obrigatória na capital” (Jornal Meio Norte, 28 de março de 2007):

### **Coleta seletiva será obrigatória na capital**

Waldemar Rodrigues [Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Teresina] disse que a Prefeitura de Teresina tentou fazer um Programa de Coleta Seletiva de Lixo e fracassou por falta de preparação da população. “Não deu em nada porque é um trabalho árduo, não houve um trabalho de conscientização, não houve um trabalho de preparação antes”. (...) Ele afirmou que existe uma experiência apontando que em determinados condomínios, o poder público faz um acordo obrigatório: o carro de lixo só leva o lixo quando houver coleta seletiva. “Em algumas circunstâncias, você obriga o usuário a recolher o lixo seletivamente porque senão a prefeitura não coleta”, afirmou Rodrigues. (...) “Ontem mesmo eu entrei em contato com algumas pessoas administradoras de condomínios para ter uma reunião com eles para ver se por boa vontade começam a fazer. Se for por má vontade, a gente acaba obrigando”, declarou. (JORNAL MEIO NORTE, 28 de março de 2007).

Em “Artistas fazem decoração ecológica” (Jornal Meio Norte, 23 de outubro de 2007), o secretário municipal de Meio Ambiente Waldemar Rodrigues afirma que é preciso “estimular a campanha de reciclagem do lixo. Muitas vezes se estimula a reciclagem, a confecção de artesanato a partir desses materiais, mas as pessoas não compram os produtos, pois há ainda um certo preconceito com produtos reciclados”; e em “Região Norte do PI vai apresentar maior incidência de queimadas” (Jornal Meio Norte, outubro de 2007), afirma-se que as “queimadas têm sido provocadas pelo manejo das atividades agrícolas. A utilização do fogo para o preparo de áreas de cultivo vem aumentando o problema”. E mais:

(...) No município de Uruçuí, por exemplo, estão queimando os cerrados e muitos animais estão sendo pegos. Nas estradas, o coordenador Francisco Medeiros também aponta que é comum, devido ao clima seco, que as descargas de veículos de grande porte, como os caminhões, provoquem focos de calor (JORNAL MEIO NORTE, outubro de 2007).

O que estou tentando argumentar, aqui, é que o jornal constrói uma determinada idéia de população, com vontades, interesses, necessidades e falhas (falta de consciência ambiental, de uma “mente aberta”, alienada, preconceituosa, irresponsável etc.) e, também, constrói uma determinada idéia de si mesmo como “o” veículo de promoção e de desenvolvimento de tal consciência, de cidadania, de justiça social etc. O Jornal também constrói a população como “proveitadora” das

situações graves que a natureza impõe, bem como constrói a si mesmo como uma espécie de “arauto da verdade”:

#### **Sempre as enchentes**

O problema é resultado da negligência ou falta de compromisso dos poderes com a cidade e das pessoas com a natureza. O problema é que essa história de alagados já virou mania dos políticos, já virou mania das famílias na justificativa para serem beneficiadas com as doações de terreno, casa, roupas, comida... E quem perde somos todos nós. Não há que se procurar culpados. Temos é que, urgentemente, achar e aplicar soluções. (...) Muda a situação, mas a destruição que causamos à natureza continua em ritmo alucinante e o resultado é que ela está se voltando contra nós. (JORNAL MEIO NORTE, 22 de fevereiro de 2007).

Nunes (2006), amparado em Barbero (2003), enfatiza que “o jornalismo popular pode ser uma estética melodramática que se atreve a violar a separação racionalista entre os assuntos sérios e os temas destituídos de valor, a tratar os fatos políticos como fatos dramáticos e a romper com a objetividade, observando as situações a partir daquele outro ponto de vista que interpela a subjetividade dos leitores” (p. 39). No excerto do editorial “Sempre as enchentes”, o Jornal afirma não pretender apontar culpados, embora enumere que o problema das enchentes “é resultado da negligência ou falta de compromisso dos poderes com a cidade e das pessoas com a natureza”, é “mania dos políticos”, é moda das famílias mais pobres, etc. Aqui, tanto a população quanto o poder público e os seus representantes são culpados, sendo o Jornal representado como uma espécie de mediador, encontrando e aplicando “soluções” para os problemas ambientais e sociais.

#### **d) A ênfase nos números e na quantificação**

Na reportagem “Aquecimento global pode triplicar escassez de água”, a ênfase é dada aos números e percentuais, sendo que os dados técnicos abundam na reportagem:

##### **Aquecimento global pode triplicar escassez de água**

Estudo estima que um aumento de 2°C poderia submeter até dois bilhões de seres humanos a uma escassez de água. Segundo dados recentes da Unesco, uma em cada quatro pessoas no mundo não tem acesso a água potável e 40% da população mundial não dispõe de serviços de saneamento básico. O Grupo Intergovernamental de Estudos sobre Mudança Climática (GIEC) previu, em fevereiro deste ano, que até 2100 deve haver um aumento de 1,8 °C a 4°C na temperatura média do planeta. Segundo um relatório preliminar, os especialistas estimam, com um grau de confiança elevado (oito pontos em uma escala de zero a dez), que, com um aumento de 2°C da temperatura média da Terra, os recursos hídricos diminuirão e as necessidades de irrigação aumentarão. O estudo prevê ainda que as secas serão mais frequentes (em 65%) e afetarão regiões que hoje são semi-áridas. A escassez de água, problema que afeta a bilhões de pessoas, pode ser triplicada como consequência do aquecimento global, advertem especialistas sobre clima hoje, no Dia Mundial da Água. O estudo estima ainda, com um grau de confiança de cinco pontos em um total de 10, que um aumento de 2°C poderia submeter até dois bilhões de seres humanos a uma escassez de água. Desse total, de 350 a 600 milhões estariam na África e de 200 milhões a 1 bilhão na Ásia. Mas se o termômetro mundial subir 4°C, os especialistas advertem que até 3,2 bilhões de pessoas sofrerão com a escassez de água (JORNAL MEIO NORTE, março de 2007).

Para Resende (2004), tal ênfase nos números e nos percentuais (e, às vezes, nos locais e horários exatos em que determinados fatos ocorreram), bem como a presença de “especialistas”, faz parte de alguns dos muitos “atributos necessários a uma narrativa que se pauta pela necessidade de deixar transparecer uma verdade. Atributos que definem os critérios que predeterminam o que dará credibilidade ao relato” (p. 2). Segundo ele (op. cit.), “as narrativas tradicionalmente apresentadas pelo jornalismo têm herança de certos pressupostos positivistas – principalmente porque têm como princípio basear-se em fatos comprovados e verificados (daí, talvez, a predominância dos números) – e por primarem pela necessidade de dar

respostas objetivas aos conflitos do cotidiano”. Assim, nessa perspectiva, “tratam-se de narrativas enclausuradas porque partem do princípio de que sua construção depende exclusivamente de normas/regras previamente estabelecidas que, uma vez aplicadas ao texto jornalístico, são capazes de explicar os acontecimentos do mundo. Um dos princípios epistemológicos do jornalismo ancora-se no fato de ser este o lugar do discurso pautado pela verdade. Este princípio constrói a narrativa jornalística” (p. 2).

A estratégia do artigo em questão – bem como de muitos outros – é se valer da Ciência (e de seus dados, aparentemente neutros e indiscutíveis) para convencer os leitores de que o aquecimento global “pode triplicar a escassez de água”, mas, desde a perspectiva pós-moderna e pós-estruturalista dos Estudos Culturais, assume-se uma posição construcionista dos significados, das representações e da linguagem. Tal abordagem implica assumir um caráter não-neutro e não-objetivo da linguagem, bem como a marcação do caráter totalmente intencional da escrita. Assim, a análise empreendida aqui não passa pela valoração do que é escrito no jornal (isto é, não interessa se a reportagem é “acurada”, “apelativa”, “correta em termos científicos”, “incorreta”, etc.) – trata-se de problematizar alguns aspectos da retórica jornalística que, de tão naturais e dados, já nem são percebidos/encarados como constituintes dos próprios fatos. Da mesma forma, com relação ao efeito estufa, aos biocombustíveis e às queimadas, o que temos é o seguinte:

#### **Quem paga a conta?**

(...) O efeito estufa é uma propriedade natural do planeta, essencial para a manutenção do clima global e da vida. Sem ele, a temperatura da Terra seria cerca de 33°C mais baixa e a vida não existiria tal como conhecemos. (...) os Estados Unidos respondem por 1/3 das emissões de dióxido de carbono na atmosfera (...). O presidente George W. Bush calcula que o custo [de redução das emissões de dióxido de carbono] para seu país seria da ordem de 400 milhões de dólares e 4,9 milhões de desempregados. (JORNAL MEIO NORTE, 8 de fevereiro de 2007).

#### **Geração de energia a partir de mamona ganha impulso**

(...) A pesquisa é coordenada pela professora e pesquisadora Carla Verônica Rodarte de Moura, da Universidade Federal do Piauí (Ufpi). Testes anteriores de consumo de energia foram realizados usando a mistura de biodiesel de mamona (35%) e soja (65%) devido à alta viscosidade da mamona. O motor usado foi um MWM de seis cilindros acoplado a um gerador de 115KVA. O

motor sem carga, num tempo de uma hora, consumiu 5,250 litros da mistura de biodiesel. Quando o gerador foi ligado com uma carga de 30.000 watts consumiu 10,5 litros da mistura de biodiesel em uma hora. (JORNAL MEIO NORTE, 5 de julho de 2007).

#### **Bird alerta que biocombustível pode aumentar preço de alimento**

(...) De acordo com o relatório, dos cerca de 40 bilhões de litros produzidos em 2006, 42% vieram do Brasil, 46% dos Estados Unidos – que usam prioritariamente milho – e 4% da União Européia. (JORNAL MEIO NORTE, 22 de julho de 2007).

#### **Região Norte do PI vai apresentar maior incidência de queimadas**

A baixa umidade do ar coloca diversos municípios em sinal de alerta para os possíveis incêndios que ocorrem por conta desse fenômeno. Cerca de 250 casos já foram registrados este ano, o que representa um aumento de 40% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), as regiões Norte e Sul do Piauí são as mais afetadas, representando 71,1% do total de focos. (JORNAL MEIO NORTE, 10 de Outubro de 2007).

Os números e porcentagens aqui apresentados são utilizados para agregar valor e importância científica a temas e discussões usualmente desvalorizados; além disso, a menção a “pesquisas”, “informações” (quase sempre, de órgãos públicos), “instituições” (universidades federais) e “relatórios” é outra estratégia de validação bastante típica do jornalismo científico.

Outra recorrência percebida no Jornal Meio Norte é a ênfase em termos de recursos liberados, verbas destinadas para isso ou aquilo, aumento de percentual de investimentos, etc. Os números – sempre impactantes – enfatizam em grande medida os esforços despendidos por governos (federais, estaduais, municipais) e instituições públicas para, por exemplo, combater a desertificação, o aquecimento global ou, ainda, revitalizar o Rio Parnaíba:

#### **Municípios recebem ajuda no combate à desertificação**

Três projetos nas regiões dos municípios de Gilbués, Santa Filomena e São Raimundo Nonato vão atuar no combate à desertificação. A SEMAR já enviou para Brasília os projetos que devem prever investimentos de aproximadamente 16 milhões de reais, divididos entre ministérios e órgãos. (JORNAL MEIO NORTE, 14 DE JUNHO DE 2007).

### **Recursos do orçamento combaterão aquecimento global**

O Orçamento Geral do Estado para 2008 é de R\$3,8 bilhões e destina, pela primeira vez, recursos específicos para sinistros (desastres) naturais causados pela elevação de temperatura e aquecimento global no Piauí. (...) estão previstos R\$ 3,8 bilhões de receitas e está sendo discutido na Secretaria Estadual de Planejamento como as receitas serão distribuídas em relação às despesas. O Orçamento Geral do Estado de 2008 é 11% maior do que o deste ano, um aumento bem maior do que a inflação, já que foi de 4% em 2007. “É um aumento maior do que o dobro da inflação” declarou Sérgio Gonçalves [secretário estadual de Planejamento]. (JORNAL MEIO NORTE, 4 DE OUTUBRO DE 2007).

### **Revitalização do Parnaíba deverá receber este ano repasses de R\$ 102 mi**

O governo federal vai investir R\$ 2,164 bilhões em obras de infraestrutura hídrica neste ano. Desse total, R\$ 730 milhões serão para obras de revitalização e integração do Rio São Francisco. O projeto de revitalização do rio Parnaíba será contemplado com recursos da ordem de R\$ 102 milhões. (...) O secretário de Meio Ambiente, Dalton Macambira, informou que o Piauí apresentou ao PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) projetos que prevêm investimentos de R\$ 230 milhões num período de quatro anos na revitalização da Bacia do Parnaíba. Para 2007, a estimativa é de que sejam liberados R\$ 80 milhões. Entre 2008 e 2010 devem ser liberados R\$ 150 milhões. (...) De acordo com a Radiobras, agência de notícias do governo, ministro Pedro Brito explicou que R\$ 483 milhões serão aplicados nas obras de transposição do São Francisco e R\$ 247 milhões na revitalização do rio, que compreenderá saneamento básico para as cidades que despejam esgoto no rio, replantio da mata ciliar e recuperação das nascentes em Minas Gerais. O Brasil assinará nova proposta com o Banco Mundial de US\$ 200 milhões, dentro do Proágua, para a construção de adutoras e barragens em todo o país. (...) Além dos investimentos no São Francisco, o governo aplicará também em revitalização do Rio Parnaíba (R\$ 102 milhões), integração de bacias hidrográficas (837 milhões), abastecimento de água em regiões metropolitanas e no Nordeste (R\$ 486 milhões) e irrigação (R\$ 493 milhões). (JORNAL MEIO NORTE, 28 de fevereiro de 2007).

O que esses textos – permeados de percentuais e de milhões e milhões de reais a serem gastos e liberados para o bem da população ou do meio ambiente – estão a nos dizer? Quais “lições” eles pretendem nos ensinar?

**e) O tom “conclamatório”:**

No Editorial intitulado “Rio raso”, o jornal afirma – com relação à seca do rio Parnaíba – que “pouca gente pareceu se importar – até quando todos nós vamos assistir ao desfalecimento do imponente Velho Monge de braços cruzados?”, e que “cabe a nós tomar as rédeas e reivindicar providências mais sérias para que o Parnaíba volte a correr a plenos pulmões”. E mais: “não basta sentar, ler o jornal e reclamar”. O jornal conclama a população a fazer a sua parte para “salvar” o rio Parnaíba (denunciar, reivindicar providências, cobrar do Ministério Público, do Governo, dos políticos, etc.). De certa forma, ao fazer isso, o jornal parte do pressuposto de que a população é eminentemente passiva com relação ao ambiente – e se assume como “a” instância (“ativa”, em oposição à população, representada como passiva) que pode fazer a diferença.

Já em “Serra vermelha e os debates sociais”, o jornal Meio Norte se mostra como uma espécie de “defensor da sociedade” – como o mecanismo por meio do qual as pessoas podem “exercer a plena cidadania” (escolhendo um dos lados da questão):

Ontem à tarde, o Poder Legislativo Estadual deflagrou a ampliação dos debates através de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente. Provavelmente, o tema ganhe novos desdobramentos com o envolvimento da sociedade. Historicamente, a sociedade piauiense não costuma debater problemas ambientais. Prova disso são os constantes atentados contra nossas riquezas naturais. Temos problemas flagrantes nos rios Parnaíba e Poti, principalmente na região de Teresina, capital do Estado, onde a população deveria estar conscientizada para participar dos debates.

Espera-se, a partir de agora, que o caso da Serra Vermelha ganhe dimensão social, e que as pessoas exerçam plenamente a sua cidadania. Em outros Estados, o peso da opinião pública tem sido capaz de sepultar inúmeras agressões contra o meio ambiente que, no fim das contas, terminam se transformando em agressões contra a própria sociedade. (JORNAL MEIO NORTE, 22 de março de 2007)

Nunes (2006), ao analisar o Jornal *Diário Gaúcho* de Porto Alegre (RS), afirma que algumas seções do referido jornal estão voltadas para “dar voz ao povo”, mas, também, “poderiam ser configuradas como prestadoras de serviço ao seu leitor”



– uma prestação de serviços “especial”, já que “o DG [Diário Gaúcho] parece querer ajudar o seu público na resolução de seus problemas diários, naquilo que é usualmente referido como a ‘luta pela sobrevivência’” (p. 70). É um pouco do que se pode depreender das seguintes reportagens do Jornal Meio Norte:

#### **Residencial Vamos Ver o Sol necessita de calçamento**

(...) A professora Josefa Andrade, moradora da Quadra 8, no Residencial Vamos Ver o Sol, disse que o poder público deve levar melhorias para a comunidade. “Estas ruas necessitam de pavimentação, pois acumulam muita água e o mosquito causador da dengue está por toda parte. Perdi a conta de quantas vezes adoeci de dengue”, conta a professora. (JORNAL MEIO NORTE, 10 de Agosto de 2007).

#### **Famílias pedem melhorias para o Parque Brasil**

A falta de calçamento, água encanada e tratamento de esgoto influencia na questão do saneamento, que por consequência, deságua na saúde pública e na falta de postos de saúde. Os problemas se agravam a cada dia e a comunidade pede soluções. (JORNAL MEIO NORTE, 16 de agosto de 2007).

#### **Infra-estrutura para sobrevivência**

(...) As famílias pedem ainda que sejam feitas as obras de esgotos para acabar com o esgoto a céu aberto (JORNAL MEIO NORTE, 05 de setembro de 2007).

#### **Artistas fazem decoração ecológica**

**Diferente** – Os artesãos José Francisco e Maria dos Remédios estão trabalhando material reciclado para fazer árvores de Natal, guirlandas, velas e outros enfeites característicos do período natalino. A idéia é envolver toda cidade, principalmente as escolas, num trabalho não de recolhimento do lixo que pode ser reaproveitado, mas também de conscientização pela preservação do planeta. (JORNAL MEIO NORTE, 23 de outubro de 2007).

Os problemas ambientais se confundem com os problemas sociais nas páginas de Meio Norte – que se vale da população e do ambiente para posicionar-se socialmente de maneira ativa e positiva. E mais: o jornal adota um papel conclamatório, exortativo, fiscalizador, conscientizador e sinalizador de necessidades e de “melhorias” para a sobrevivência de todos. Outro exemplo disso é a reportagem “Degradação ambiental” (Jornal Meio Norte, 3 de setembro de 2007), na qual proliferam afirmações tais como: “Faz-se necessário que órgãos ambientais como o IBAMA e a SEMA entrem em ação para também exigir da companhia a prova de

que estava cumprindo a legislação ambiental” ou, ainda, “o rigor ambiental para com empresas mineradoras deve, aliás, ser o mesmo exigido por empresas que se dedicam à produção agrícola e pecuária”. O jornal conclama a sociedade e os responsáveis pela fiscalização, dizendo que “o caso da mineração deveria ser olhado com muito mais acuro, porque se trata de atividade com elevado potencial de danos ambientais”, bem como afirma que “é conveniente que os organismos responsáveis pela proteção a fauna, flora e mananciais estejam preparados para fiscalizar e exigir que se cumpram as normas estabelecidas por lei”.

Espero, com este trabalho ter desnaturalizado alguns entendimentos e posicionamentos produzidos pela mídia de maneira tão trivial e cotidiana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Após a análise das reportagens selecionadas, pode-se dizer que as temáticas mais abordadas pelo jornal Meio Norte foram locais, destacando-se: os problemas da falta de conservação das vias públicas, a falta de saneamento básico nas vias de Teresina, principalmente das áreas mais carentes, a problemática da seca, as questões envolvendo o Projeto de desmatamento de Serra Vermelha, as enchentes, entre outras.

O jornalismo tem um espaço significativo na vida das pessoas, e as matérias dos jornais, radiojornais e telejornais ocupam um papel relevante na construção daquilo que chamamos “realidade”. Assim, os objetivos da presente pesquisa foram: empreender uma análise das representações culturais que a mídia impressa (em especial, o jornal Meio Norte) produz e põe em circulação sobre a natureza, o ambiente e a educação ambiental no município de Teresina, analisar as estratégias representacionais que são postas em ação no jornal Meio Norte quando o assunto é “ambiente/natureza” – isto é, de que formas a mídia impressa de Teresina informa (e, portanto, *ensina*) ao público acerca das questões ambientais.

O ambiente é mostrado como “fonte” de sofrimento para pessoas e animais, como “o outro” da civilização, como algo que causa transtorno e dor para a população em geral e, em especial, para as mulheres. A seca, em especial, é tratada nas reportagens de forma eminentemente burocrática, documental. Em outras reportagens, a natureza é representada como “coisa a ser cuidada”, preservada a todo custo; como algo a ser devidamente manejado (e utilizado – ênfase utilitarista); como “riqueza” (tanto cultural quanto turística, social); como algo que está “no caminho” do progresso da região Nordeste. Também se percebeu uma recorrência com relação à representação da natureza como “sábua” – e nós, seres humanos, teríamos de conviver harmonicamente, observá-la e aprender com ela, escutando as “lições” da “mãe-natureza”.

Em se tratando de estratégias representacionais – isto é, estratégias de que se valem as reportagens para construir determinados modos de se entender (e praticar) uma certa educação ambiental –, destacam-se: a) a postura investigativa (o famoso

“jornalismo investigativo”); b) o tom “denuncista” e panfletário das reportagens; c) o tom de condenação e repúdio à postura ambiental da população (mas, ao mesmo tempo, o tom de “parabenização” pelas ações e pela conscientização ambiental); d) a ênfase nos números e na quantificação; e) a ênfase “conclamatória”. Além disso, constata-se que o jornal é utilizado como um veículo de reivindicação de melhorias e de “porta voz” das comunidades mais carentes, conclamando o poder público a se fazer presente nestas comunidades.

O discurso jornalístico sobre os acontecimentos sócio-ambientais ainda carece de abordagens melhor contextualizadas, com perspectivas históricas ou que relacionem fatos que considerem a pluralidade de vozes. Com muita frequência, essas questões são tratadas de forma apressada e superficial, concentrando-se em uma postura um tanto quanto reducionista. Entende-se, desde a perspectiva teórica que orienta este trabalho, que os meios de comunicação não podem ser vistos como meros transmissores de conteúdos neutros, pois há um jogo de interesses políticos, econômicos e sociais que margeiam a educação ambiental. Quando o jornal discute o lixo, por exemplo, não explora os valores culturais da sociedade de consumo. As reportagens muitas vezes repetem “chavões” de cidadania (“melhoria da qualidade de vida”, “exercer a cidadania”, “formar cidadãos”) que nem sempre fazem sentido aos interlocutores.

Ao analisar as reportagens do jornal Meio Norte (e as estratégias discursivas que são colocadas em ação por jornalistas, editores, colunistas etc. ao tratarem do ambiente, da natureza e da população em geral), abre-se a possibilidade de se resistir aos significados e mensagens, bem como de fazer outras leituras dos textos da mídia. Kellner (2001) afirma que a própria mídia fornece recursos que os indivíduos podem acatar ou rejeitar na formação de suas identidades, em oposição aos modelos hegemônicos. Para o autor, a mídia induziria os indivíduos a conformarem-se à organização vigente da sociedade, mas também lhes ofereceria recursos para a oposição a essa mesma sociedade (e, nesse sentido, também posicionarem-se em relação à própria mídia).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. Enredos da tradição: a invenção histórica da região Nordeste do Brasil. In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos (Org.). *Habitantes de Babel – políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

AMARAL, Marise Basso. (Tele)natureza e a construção do natural: um olhar sobre imagens de natureza na publicidade. In: OLIVEIRA, Daisy Lara de (Org.) *Ciências nas salas de aula*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

\_\_\_\_\_. *Histórias de viagem e a produção cultural da natureza – A paisagem do Rio Grande do Sul segundo viajantes estrangeiros do século XIX*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2003 (Tese de Doutorado em Educação).

\_\_\_\_\_. Natureza e representação na pedagogia da publicidade. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ANDRADE, Thales de. *Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRAUN, Maria Cecília. *Do vale das matas nativas ao vale do progresso – um estudo sobre as representações de ambiente em comunidades de imigrantes alemães*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1999 (Dissertação de Mestrado em Educação).

\_\_\_\_\_. No contexto histórico, algumas discussões sobre comunidade e meio ambiente. In: SCHMIDT, Sarai (Org.). *A educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

COSTA, Marisa Vorraber & BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Org.). *Caminhos Investigativos III – Riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Identidade, cultura e mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. In: Silva, Luiz Heron da (Org.) *Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?* Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. *Educação & Realidade*, v.22, n.2, jul./dez.1997, p.59-79.

\_\_\_\_\_. *Televisão e Educação – fruir e pensar a TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 35 maio/ago. 2007.

GIROUX, Henry. *Atos Impuros. A prática política dos Estudos Culturais*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GRÜN, Mauro. *Questionando os pressupostos epistemológicos da educação ambiental: a caminho de uma ética*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1995 (Dissertação de Mestrado em Educação).

GUIMARÃES, Leandro Belinaso; FERREIRA NETO, Silvestre Manoel. O aquecimento global nas pedagogias culturais. In: *Anais do 3º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação*. Canoas, RS: Editora da ULBRA, 2008.

GUIMARÃES, Mauro. *Educadores ambientais na perspectiva crítica: Reflexões em Xerém*. Campinas: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2003. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

HALL, Stuart. The Work of Representation. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation. Cultural Representations and Signifying Practices*. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications/Open University, 1997.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. Lendo imagens criticamente: em direção a uma pedagogia pós-moderna. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

KINDEL, Eunice Aita Isaia. *A natureza no desenho animado ensinando sobre homem, mulher, raça, etnia e outras coisas mais...* Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2003 (Tese de Doutorado em Educação).

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Fundamentos da Educação Ambiental: retomando o debate. In: \_\_\_\_\_. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004. P.19-58.

MACHADO, Marcos; RIPOLL, Daniela. Ambiente, natureza e conservação: a convergência de múltiplos olhares. In: BONIN, Iara; RIPOLL, Daniela; KIRCHOF, Edgar Roberto e POOLI, João Paulo (Orgs.). **Cultura, identidades e formação de professores**: perspectivas para a escola contemporânea. Canoas: Ed, da ULBRA, 2008.

MARTINS, Elicília de Fátima & GUIMARÃES, Gislene Margaret Avelar. As concepções de natureza nos livros didáticos de ciências. *Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, vol.4, n.2, dezembro de 2002.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula & GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

NUNES, Carlos Alberto Flores. *A mídia ensinando o que é popular*. Canoas, RS: Programa de Pós-Graduação em Educação da ULBRA, 2006 (Dissertação de Mestrado).

RABAÇA, Carlos Alberto E BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Ática, 1998.

RESENDE, Fernando. O olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico. In: Anais do XIII Encontro COMPÓS, 2004 (disponível em [www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/doc/resende2004.doc](http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/doc/resende2004.doc), acesso em 10 de junho de 2008).

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini. Notas sobre a “fabricação” de educadores/as ambientais: identidades sob rasuras e costuras. Porto Alegre: FACED/UFRGS, 2005 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SCHMIDT, Saraí Patrícia. *A educação nas lentes do jornal*. Porto Alegre: FACED/UFRGS, 1999 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SILVA, Márcia Soares. Mídia e meio ambiente: uma análise da cobertura ambiental em três dos maiores jornais do Brasil. *Comunicação em Agrobusiness & Meio Ambiente*, v.2, n.2, julho de 2005.

SILVA, Tomaz T. (Org). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna & VEIGA-NETO, Alfredo José. *Estudos Culturais da Ciência & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Da inexistência de um discurso unitário para falar da natureza. In: SCHMIDT, Saraí (Org.). *A educação em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZANCHETTA JÚNIOR, Juvenal. *Imprensa escrita e telejornal*. São Paulo: UNESP, 2004.